

mut.

REVISTA DO MUTUALISMO | N.º 13 - III SÉRIE



mutualidades
portuguesas

Com os Portugueses desde 1176.

EDIÇÃO 2021
ISSN 2183-1114

“A DISTINÇÃO DA UMP FOI
UMA SURPRESA, UMA HONRA,
UMA RESPONSABILIDADE”

MARTA TEMIDO
EM ENTREVISTA

Há mais vida para além da pandemia

Luís Alberto Silva,
*Presidente do Conselho de Administração
da União das Mutualidades Portuguesas*



Os números mais recentes indicam a tendência de recrudescimento da Covid-19. Devemos manter a guarda, adotarmos comportamentos responsáveis e cuidar de quem precisa. No entanto, há mais vida para além da pandemia, muitos desafios e oportunidades para abraçar.

Nestes quase dois anos de anormalidade, o setor social tem desempenhado um papel insubstituível na prevenção e combate à doença e no amortecimento da crise económica e social emergente. Mas, também tem evidenciado a premência de uma nova geração de respostas que se ajuste às necessidades da sociedade moderna, nomeadamente das decorrentes do envelhecimento da população

O Plano de Recuperação e Resiliência, assim como o Portugal 2030, são desafios e oportunidades de financiamento, não só desta nova geração de respostas e equipamentos sociais, mas também da qualificação de recursos humanos, habitação, da transição digital e climática. São seguramente alavancas para a modernização e desenvolvimento das associações mutualistas que não podemos desperdiçar.

A sustentabilidade do setor social é fulcral. O Estado deu um sinal importante ao celebrar um novo Pacto de Cooperação, que estabelece a meta da comparticipação das respostas sociais nos 50 por cento do custo efetivo. Significa isso, que as instituições terão de encontrar mecanismos próprios de financiamento que assegurem a sua sustentabilidade. As associações mutualistas, pela sua natureza, já o vão fazendo, mas defrontam-se com entraves que o próprio Estado lhes coloca no acesso ao exercício de algumas atividades.

Mesmo que as afirmações da Ministra da Saúde, Marta Temido, na reta final do seu mandato, reproduzidas nesta edição da revista Mut, nos façam antever dificuldades, não baixaremos os braços até que as mutualidades possam abrir e explorar farmácias sociais.

Trata-se de um direito previsto na Lei de Bases da Economia Social, no Código das Associações Mutualistas, nos estatutos das mutualidades, que só não tem correspondência prática, porque um Regime Jurídico das Farmácias de Oficina e uma entidade supervisora se constituem como barreiras intransponíveis.

Num mundo em que se aboliram fronteiras, não é racional que o Estado mantenha ou tolere este muro que impede as mutualidades de cumprirem um dos seus fins fundamentais – a assistência médica e medicamentosa aos seus associados.

Independentemente de quem venha a assumir a pasta da Saúde no próximo governo, a UMP, enquanto representante do movimento mutualista, continuará, sem esmorecimentos, a pugnar por esta causa, no plano político e da justiça.

Uma nota final para subscrever o pensamento de Marta Temido sobre a igualdade de género reproduzido nestas páginas. Há, ainda, um longo caminho a percorrer na sociedade, e nas mutualidades em particular, para a integração e a participação de mulheres nos órgãos associativos e na atividade do Movimento. O desafio que recai sobre cada um de nós é levar à prática as reflexões que vimos fazendo nos Encontros Nacionais de Mulheres Mutualistas.

A SORRIR PARA O FUTURO DESDE 1176.

SOLUÇÕES MUTUALISTAS

MATERNIDADE – DESEMPREGO – SOBREVIVÊNCIA – VELHICE – POUPANÇA – DOENÇA
INFÂNCIA – DOENÇAS PROFISSIONAIS – INVALIDEZ – REFORMA

NUMA MUTUALIDADE PERTO DE SI.

ÍNDICE

JOÃO BICA | PORTAL DO GOVERNO



3 EDITORIAL

por Luís Alberto Silva

6 ENTREVISTA

Marta Temido (Ministra da Saúde)

14 OPINIÃO

- Isabel Ferreira
- Tiago Preguiça
- Miguel Guimarães
- Marco António Costa

22 DESTAQUE

- Respostas Sociais
- Pacto de Cooperação

29 TEMA

- Lições da pandemia

30 ATIVIDADES UMP

- Eventos
- Prémios
- Institucional
- História
- Transição Digital
- CIDACL

42 INTERNACIONAL

44 MUTUALIDADES

- Projetos
 - Cooperação: A Mutualidade de Santa Maria
 - Bolsas de Estudo: A Beneficência Familiar
 - Migrações: Mutualista Covilhanense
- Em Entrevista
 - Liga das Associações Mutualistas do Porto
 - ASM Restauradora de Avintes
 - ASM Sesimbra

64 Parcerias

66 Radar

Nesta edição



24 O novo Pacto de Cooperação para a Solidariedade

Estado e setor social acabam de “renovar” o Pacto de Cooperação” celebrado em 1996. O compromisso é responder a desafios como o envelhecimento da população, a generalização e gratuidade das creches e a sustentabilidade das instituições. Os Presidentes das entidades representativas do setor (UM, UMP, CNIS e Confecoop) fazem o balanço dos últimos 25 anos e perspetivam a próxima década.

22 Uma nova geração de respostas sociais, segundo Maria da Luz Cabral e Paulo Pedroso.

29 O que aprenderam as mutualidades com a pandemia?

34 Quando a crise pandémica bateu à porta, Ana Raquel Silva privou-se do conforto familiar para cuidar dos idosos no lar do Legado do Caixeiro Alentejano, Évora. Foi distinguida com o Prémio Trabalhador do Ano.

35 Conheça o impacto do projeto Cuidar de Quem Já Cuidou em Bragança, que valeu à ASMAB o Prémio Inovar Para Melhorar.

37 Os investigadores Joana Dias Pereira e Rui Henriques desbravaram os caminhos da história do mutualismo e descobriram que as raízes do movimento se encontram em 1176.

45 Saiba como a incubadora de projetos sociais da AMUT-Gondomar impactou a instituição e a comunidade.

46 A Mutualidade de Santa Maria na rota da cooperação para o desenvolvimento. Em colaboração com a ONGD Na Rota dos Povos, já fez chegar material escolar a Catió, Guiné.

47 A Beneficência Familiar, do Porto, aloca a receita da consignação do IRS ao seu projeto de bolsas de estudo mutualistas. O apoio chega anualmente a cinco jovens que ingressem na universidade.

48 Casa Moura: um ano a acolher menores refugiados na Covilhã. É uma das cinco casas especializadas de acolhimento do país, a única gerida por uma mutualidade.



Sucedeu a Alfredo Sigliano na liderança da União Mundial das Mutualidades e propõe-se manter o rumo seguido até aí e retomar o trabalho de afirmação desta organização internacional em todos os continentes. Em entrevista, Andrés Román diz que “perante os dramáticos níveis de desigualdade, será imprescindível fortalecer a economia social”.

mut.

União das Mutualidades Portuguesas
Avenida 29 de Março, 754, Loja 14,
Apartado 58
3885-518 Esmoriz
Telefone: 256 112 880
NIPC - 501 097 350
www.mutualismo.pt
uniao@mutualismo.pt

Editor Luís Alberto Silva | **Redação** Gabinete de Comunicação da UMP
Fotografia UMP | **Impressão e Acabamento** Norprint – A Casa do Livro
Propriedade e Edição União das Mutualidades Portuguesas
Tiragem 300 exemplares | Depósito Legal 366134/13 | ISSN 2183-1114
Distribuição gratuita
Os artigos assinados são da responsabilidade dos seus autores e não expressam necessariamente a opinião do editor.



Cofinanciado por:



Opinião

14



«O papel do setor social nos territórios de baixa densidade»

Isabel Ferreira

Secretária de Estado da Valorização do Interior

16



«Do passado perspetivamos o futuro»

Tiago Preguiça

Diretor-Geral Direção Geral da Segurança Social

18



«O lugar das mutualidades na prestação de cuidados de saúde: os grandes desafios»

Miguel Guimarães

Bastonário da Ordem dos Médicos

20



«A regulamentação do setor social e a exigência de profissionalismo na gestão e operação das instituições»

Marco António Costa

Ex-Secretário de Estado da Segurança Social



MARTA TEMIDO EM ENTREVISTA

Ministra da Saúde

“Não tenho a presunção de ter um legado”

Marta Temido, enquanto Ministra da Saúde, foi um dos rostos mais visíveis no combate à pandemia, como voz de comando na resposta a uma crise sanitária sem precedentes e de contornos, então, quase totalmente desconhecidos. O seu papel foi reconhecido pela União das Mutualidades Portuguesas, que lhe atribuiu o Prémio Cidadania e Solidariedade, no 13.º Congresso Nacional do Mutualismo, gesto que – confessa – a surpreendeu. Depois dos dois últimos anos, sente que é uma mulher diferente, pelas experiências difíceis a que foi sujeita e pelas provas de altruísmo que encontrou.

A Saúde tem estado no centro do debate político, principalmente quando se fala na insuficiência dos recursos humanos. A titular da pasta recorda que o governo reforçou o Serviço Nacional de Saúde em mais de 28 mil profissionais, face a 2015 e, perante as críticas quanto à secundarização do setor social na prestação de cuidados de saúde afirma que a articulação com o SNS prevista na Lei é “demonstrada pelos acordos e convenções firmados com o setor privado e social em diversas áreas”.

Relativamente à pretensão das mutualidades e do setor social abrirem novas farmácias sociais, fecha completamente a porta, “para já”.

O Serviço Nacional de Saúde desempenhou um papel importantíssimo na resposta à pandemia Covid-19, mas revelou também as suas fragilidades, nomeadamente ao nível dos recursos humanos para atuar na prevenção e tratamento de patologias não-Covid. O grande desafio da Saúde é dotar o sistema público de médicos e enfermeiros em número adequado às necessidades da população? De que forma será possível fazê-lo, se em muitos casos são os próprios profissionais que não se sentem atraídos para trabalhar no SNS?

O SNS é um sistema de cobertura geral e universal, podendo funcionar em rede e articulação dentro e fora dessa rede, consoante as necessidades. Esta característica permitiu que, a todo o momento, fossem encontradas as soluções para resposta às necessidades sentidas durante a pandemia, algo que sempre sucedeu em situações de pico de procura.

Por outro lado, o Ministério da Saúde tem vindo a adotar as medidas necessárias para reforço e maximização da capacidade do SNS ao nível dos recursos humanos. Esta política é visível no reforço em mais de cerca de 28 mil trabalhadores, face aos existentes a dezembro de 2015, dos quais cerca de 4.000 são médicos especialistas e mais de 11.000 são enfermeiros.

No que diz respeito aos médicos, o Ministério vem trabalhando no au-

mento do número das capacidades formativas no âmbito do internato médico, nomeadamente no que respeita às especialidades mais carenciadas, recorrendo aos mecanismos disponíveis que permitam a fixação no SNS dos médicos, em especial nos serviços e estabelecimentos de saúde de mais carenciados. O Governo tem conseguido, assim, aumentar a taxa média de retenção de recém-especialistas no SNS, atualmente em 88%, uma evolução de cerca de 11%, comparando 2020 face a 2015.

Por outro lado, aposta-se ainda numa perspetiva de futuro no desenvolvimento das carreiras dos trabalhadores do SNS, de que é exemplo a recente autorização de abertura de procedimento para o preenchimento de 2.160 postos de trabalho para categorias superiores de carreiras especiais de saúde de enfermagem, farmacêuticos e técnicos superiores de saúde, em linha com a autorização de abertura do concurso nacional de habilitação ao grau de consultor e de 250 postos de trabalho na categoria de assistente graduado sénior da carreira médica, bem como com os 906 postos de trabalho para as categorias superiores do pessoal técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica.

O Governo mantém o empenho em dotar o SNS dos recursos de que necessita em alinhamento com as necessidades em saúde da população de forma a assegurar o direito constitucional da proteção da saúde.

Outra das fragilidades que ficou patente durante a pandemia foi a dificuldade de articulação entre a Saúde e a Segurança Social na prevenção e resposta aos surtos de Covid-19, nomeadamente nos lares. Que aprendizagens extraiu o País dessas dificuldades e que medidas foram tomadas no sentido de as ultrapassar?

Logo no início da pandemia, e apesar do conhecimento limitado, à época, sobre a evolução da SARS-Cov-2, foi aprovado um despacho a determi-

nar circuitos e procedimentos a adotar nos estabelecimentos de cariz residencial para idosos e nos equipamentos da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados onde fossem detetados casos de doença Covid-19, visando proteger os utentes e os respetivos trabalhadores.

Este despacho promoveu a intervenção articulada das câmaras municipais, da Proteção Civil, das autoridades de saúde locais e da Segurança Social, de forma a encontrar equipa-

“Reforçámos o SNS em mais de 28 mil trabalhadores face a 2015”

mentos alternativos para alojar pessoas em isolamento profilático e/ou em situação de infeção confirmada de Covid-19.

Foram também, desde logo, definidos os protocolos de atuação em caso de situação de infeção e os passos a seguir por cada uma das

entidades envolvidas, bem como as redes de retaguarda a ativar em caso de necessidade.

Nas respostas do setor social, mais especificamente nas estruturas residenciais, foram criados planos de contingência em articulação com as autoridades locais de saúde pública e reguladas as competências de intervenção em situação de emergência/ crise junto das populações locais, da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, dos Centros Distritais de Segurança Social e da Autoridade de Saúde, de âmbito local territorialmente competente, em colaboração com os municípios.

A doença COVID-19 impôs um conjunto diversificado de desafios, exigindo uma readaptação e capacidade de intervenção imediata e constante no contexto emergente da saúde. Nesse sentido, foram criadas uma task force entre a Saúde e a Segurança Social, de articulação interinstitucional, para o encaminhamento prioritário de utentes após a alta hospitalar, e um conjunto de medidas extraordinárias e excecionais de apoio, que incluem o aumento dos apoios financeiros pela Saúde e pela Segurança Social, tendo por referência o período pré-pandémico.



JOÃO BICA | PORTAL DO GOVERNO

O setor social tem uma posição crítica sobre o papel que a Lei de Bases da Saúde atribuiu às instituições sociais, como as mutualidades. A verdade é que, não fosse a resposta de proximidade das clínicas mutualistas e do setor social, as dificuldades dos portugueses em aceder a cuidados de saúde seriam ainda maiores do que são hoje. Não estarão os princípios ideológicos a sobrepor-se às necessidades dos cidadãos?

O Serviço Nacional de Saúde é um sistema ao qual é atribuída a responsabilidade pela realização do direito à proteção da saúde através de serviços públicos. Não obstante, e sem-

pre que necessário, articula-se com instituições do setor privado e social. Essa articulação vem prevista na Lei e é demonstrada pelos acordos e convenções firmados com o setor privado e social em diversas áreas da prestação de cuidados. Estas respostas complementares são muitas vezes uma solução de proximidade, resolutiva de alguns cuidados de saúde e, no caso do setor social, um apoio fundamental aos mais vulneráveis e às suas famílias. No âmbito da Covid-19 a capacidade em camas existente no setor privado e social permitiu cobrir necessidades de internamento através de uma convenção extraordinária celebrada para o efeito.

Tendo em conta as dificuldades dos cidadãos em aceder aos cuidados de saúde, não encara a possibilidade de abrir às mutualidades a gestão de unidades de saúde familiar Tipo C?

O Programa do XXII Governo Constitucional prevê a revisão e a generalização do modelo USF a todo o país, adequando-o à realidade de cada região, por se considerar que este modelo de organização é aquele que melhor responde às necessidades dos utentes e assegura a atribuição de equipa de saúde familiar aos utentes inscritos nesta tipologia de unidades. Nos últimos anos, tem sido autorizada a constituição de USF A



“Não está prevista a abertura de farmácias sociais devido a normativos em vigor”

e a transição de USF modelo A para modelo B, dando corpo a esta política e aprofundando o compromisso de reforço do Serviço Nacional de Saúde ao nível dos cuidados de saúde primários para melhoria do acesso e satisfação dos utentes e motivação dos profissionais de saúde.

Neste momento, e na sequência da publicação de despacho em conformidade, encontra-se em estudo por grupo de trabalho designado pelo Ministro de Estado e das Finanças e pela Ministra da Saúde, uma proposta técnica de revisão do modelo de organização e funcionamento das USF, com o objetivo de apresentar uma análise do regime jurídico atualmente em vigor e uma proposta da sua melhor adequação à obtenção de ganhos de acesso e de sustentabilidade para o SNS.

Estabelecer novas convenções com o setor social na prescrição de MCDT e especialidades médicas é um cenário que não equaciona a curto prazo?

“Com a pandemia todos nos modificámos, pelas experiências difíceis a que fomos sujeitos”

A celebração de convenções está prevista na Lei e pode sempre acontecer nos termos definidos, pelo que, sempre que fundamentada a necessidade de novas convenções, existe enquadramento para as realizar.

Uma questão em aberto no setor social prende-se com a possibilidade de as mutualidades abrirem farmácias sociais, para prestarem assistência medicamentosa aos seus associados, cumprindo assim um dos fins fundamentais previstos no Código das Associações Mutualistas e exercendo direitos consagrados na Constituição da República e na Lei de Bases da Economia Social. O que faz o Governo persistir em não alterar a lei das Farmácias de Oficina, que tem permitido à Associação Nacional de Farmácias recorrer a expedientes legais para

travar a abertura de novas farmácias sociais? Admite rever o quadro legislativo no sentido de eliminar os constrangimentos atuais das Associações Mutualistas nesse domínio?

Em Portugal Continental estão atualmente em funcionamento mais de 2.800 farmácias comunitárias, sendo o valor de capitação nacional atual de 3.492 habitantes por farmácia, abaixo do valor mínimo legalmente previsto para a abertura de novas farmácias, que é de 3.500 habitantes por farmácia no concelho. Desta forma, considera-se que a cobertura farmacêutica se encontra assegurada e estabilizada, não estando, para já, e também por motivos relacionados com normativos em vigor, prevista a abertura de farmácias sociais no seu atual modelo.



“Ser membro do Governo é ter a angústia do que ainda não foi realizado”

“Não tenho a presunção de ter um legado, sobretudo quando dos três anos que levo como titular da pasta, dois foram de sobrevivência a uma emergência de saúde pública internacional sem precedentes”

Está a terminar o seu mandato enquanto Ministra da Saúde. É uma mulher diferente do que era antes de ingressar no Governo e de ter atravessado uma pandemia, na altura, de contornos completamente desconhecidos?

Foi uma enorme responsabilidade ter ocupado o lugar de Ministra da Saúde, num momento com tantos desafios e num setor, em qualquer caso, tão sensível sob o ponto de vista social.

Considero que a vida tem, por regra, o condão de nos tornar mais sábios, se formos capazes de ir colhendo as lições que vamos recebendo.

Com a pandemia todos nos modificámos, pelas experiências difíceis a que fomos sujeitos, mas também por tantas provas de altruísmo que encontramos.

Hoje, pensa a saúde de forma diferente?

Sem dúvida que a resposta é “Sim”. Hoje sei, por experiência na primeira pessoa, que os maiores aliados do sistema prestador de cuidados de saúde são as autarquias locais, que a articulação entre setores prestadores de cuidados é imprescindível, que todas as áreas governamentais são chamadas a desempenhar um papel nas respostas às necessidades de saúde da população e que se não envolvermos os utentes e as suas famílias temos dificuldade em passar da retórica à prática.

Quais as principais marcas do seu legado enquanto responsável máxima pela Saúde?

Não tenho a presunção de ter um legado, sobretudo quando dos três anos que levo como titular da pasta, dois foram de sobrevivência a uma emer-

gência de saúde pública internacional sem precedentes. Fica muito por fazer. Ser membro do Governo é ter a angústia do que ainda não foi realizado.

Admitiria voltar a ser Ministra da Saúde num próximo governo?

Se o meu País e o meu Primeiro-Ministro entenderem que há utilidade nisso. Essa é uma decisão que não se coaduna com “vontades”, nem com “egos”.

Que significado teve para a Sra. Ministra ter sido distinguida pela União das Mutualidades Portuguesas com o Prémio Cidadania e Solidariedade no último Congresso Nacional do Mutualismo?

Uma surpresa. Uma honra. Uma responsabilidade. Um excesso de generosidade da União das Mutualidades Portuguesas para com a Ministra da Saúde...

Igualdade de género? “Só muito tarde descobri o quanto falta ainda caminhar”

“Só numa vida já bastante adulta que me dei conta das subtilezas de que muitas vezes se reveste a iniquidade de género”

Igualdade de género, há? Sentiu no exercício das suas funções, que, afinal, ainda faltará percorrer muito caminho para alcançarmos o patamar desejado?

Não tenho a menor dúvida em responder afirmativamente. Só muito tarde na minha vida descobri o quan-

to falta ainda caminhar em relação a este tema da igualdade de género. Terei tido sorte, certamente, porque cresci numa família progressista em relação a este tema. Os meus pais sempre partilharam tarefas, sempre tiveram as suas próprias vidas profissionais, sempre se respeitaram um ao outro. Na escola, na universidade, nos hospitais, nos grupos de amigos, não tive experiências de desequilíbrios. Foi só numa vida já bastante adulta que me dei conta das subtilezas de que muitas vezes se reveste a iniquidade de género. Que naturalmente têm de ser corrigidas e que é importante perceber que têm intensidades muito diferentes na nossa sociedade...



UMP distingue Marta Temido com Prémio Cidadania e Solidariedade

A União das Mutualidades Portuguesas atribuiu o Prémio Cidadania e Solidariedade à Ministra da Saúde, Marta Temido, naquele que foi um dos momentos altos do XIII Congresso Nacional do Mutualismo, em Vila Nova de Gaia. A deliberação do Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas foi tomada por unanimidade e levou em consideração, não só a “ação, entrega e resiliência com que coordenou a resposta à pandemia, num contexto tão complexo e desconhecido quanto o que vivemos”, como “o seu humanismo, genuinidade e caráter resolutivo”. Por imperativo da sua agenda, fez-se representar na cerimónia pela sua Adjunta, Cristina Henriques, e enviou um vídeo de agradecimento pela distinção.



Isabel Ferreira

Secretária de Estado da Valorização do Interior

O papel do setor social nos territórios de baixa densidade

Desde o surgimento do conceito de setor social, terceiro setor ou, ainda, de economia social, que o papel desempenhado pelas suas organizações nos territórios mais vulneráveis é de enorme relevância para a construção de uma melhor resposta social, capaz de contribuir para um mundo mais equitativo e socialmente mais justo. A atividade social desenvolvida diretamente pelas pessoas de cada localidade, que se organizam e mobilizam para apoiar as suas crianças, jovens e idosos, principalmente os mais necessitados e fragilizados, está enraizada na cultura portuguesa, atuando sobre a forma de associações mutualistas e instituições de solidariedade social. Estas organizações constituem uma alavanca estratégica aos desafios so-

ciais locais, cooperando com o Estado na promoção da inclusão social. Com efeito, desde o final do século passado, as políticas sociais públicas têm adotado como parceiro preferencial o terceiro setor. Tem sido esse o maior responsável pela aplicação e dinamização de medidas de apoio aos problemas de ordem social, da promoção da economia solidária e do desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva. Os tempos têm demonstrado que a resposta aos problemas sociais carece da união de esforços de vários atores públicos e privados, locais, nacionais e internacionais, e do trabalho em rede com parceiros sociais. Só com um esforço como este, comum a cada localidade ou região,

conseguimos assegurar a proteção social e um fácil acesso à mesma por todo o país. Porque não haverá coesão territorial se as populações, em todos os territórios, não tiverem o mesmo nível de acesso à sua própria proteção social. O Programa do Governo elege como um dos grandes desafios estratégicos a redução das desigualdades e a promoção da coesão territorial, através de uma estratégia integrada de desenvolvimento regional e de valorização dos territórios do Interior. Promover a coesão territorial é, essencialmente, assumir a justiça social como elo fundamental de uma política de valorização dos territó-

rios e de aproximação entre todos os portugueses na sua liberdade de acesso: à educação, à saúde, à justiça e à cultura, mas também à proteção social. Só desta forma se conseguirá suplantar os desequilíbrios que ainda subsistem e fomentar desenvolvimento económico verdadeiramente sustentável, distribuído pelo território de forma equilibrada para mitigar assimetrias. É o que estamos a fazer no Governo com o Programa de Valorização do Interior (PVI), desenhado de acordo com as especificidades destes territórios e orientado para a fixação e atração de população. As políticas públicas, têm, pois, o dever de atuar de forma equilibrada, o que significa também compreender que a articulação setorial tem de ser feita com os parceiros locais. No âmbito do PVI, foram promovidos nos territórios do Interior cerca de 130 projetos de cariz social, que com apoio de fundos europeus das regiões atingiram um investimento

total de cerca de 13 milhões de euros. Adicionalmente, sublinho a importância dos vários projetos de inovação social que implementados no Interior do país, que com abordagens alternativas e inovadoras respondem a problemas sociais do quotidiano, mas também a grandes desafios sociodemográficos. A Inovação Social é, certamente, um dos pilares da Valorização do Interior. Não só dos empreendedores desta área, mas também da mobilização das comunidades locais depende a criação de soluções adequadas ao contexto e às necessidades específicas de cada território. Precisamos então de continuar a capacitar os cidadãos para uma participação mais ativa em políticas e processos de tomada de decisão com vários níveis de governança, criando redes com uma ampla gama de partes interessadas. É importante desenvolver soluções e investimentos feitos “à medida”, baseados no local e integrados no contexto, as-

sim como soluções inovadoras para a prestação de serviços, valorizando as possibilidades oferecidas pelas ferramentas digitais e incentivando a inovação social. **“A Inovação Social é um dos pilares da Valorização do Interior”** Neste sentido, as organizações locais que se envolvem e mobilizam os territórios do Interior assumem um papel crucial como parceiros do Estado na promoção da inovação e da inclusão social. Há que reforçar o espírito de comunidade e de pertença que funciona como cola entre projetos, instituições e sociedade civil, fundamental para uma economia das pessoas e para as pessoas, com uma abordagem de cada vez maior proximidade, sinónimo de humanismo e de maior benefício para as pessoas, especialmente para as socialmente mais vulneráveis.



Tiago Preguiça

Diretor-Geral da Direção-Geral da Segurança Social

Do passado perspetivamos o futuro

“As associações mutualistas são pessoas coletivas de direito privado, de natureza associativa, com um número ilimitado de associados, fundos patrimoniais variáveis e duração indefinida que, essencialmente, através da entreaajuda e da quotização dos seus associados, praticam, no interesse destes e das suas famílias e em obediência aos princípios mutualistas, fins de auxílio recíproco de proteção social e desenvolvimento humano” (Código das Associações Mutualistas, artigo 1º).

Falar sobre o mutualismo é falar sobre as fundações da proteção social. É falar sobre entreaajuda. É falar sobre os princípios fundamentais do espírito de proteção que norteia muitos dos sistemas modernos de segurança social. A responsabilidade do mutualismo, e das associações mutualistas, é, nesta perspetiva, tremenda. Manter um legado que se tornou inspiração para tantos não é tarefa pequena.

Torna-se, pois, fundamental que as associações não percam esta *chama*. A complementaridade à segurança social deve ser, em regra, a sua principal função. É certo que, cada vez mais, as mutualidades têm potenciado a sua ação nos domínios da cooperação, entre outros, ganhando por mérito próprio o estatuto de parceiros do setor social e solidário, simbolicamente corporizado desde a assinatura do Pacto de Cooperação

para a Solidariedade Social em 1996. São várias décadas de um trabalho meritório de apoio aos mais desfavorecidos, sejam eles crianças ou os mais idosos.

“Fica o desafio para o novo ano: pensar na complementaridade da proteção social de forma inovadora”

Contudo, as mais de 100 associações mutualistas registadas atualmente na Direção-Geral da Segurança Social devem visitar as suas bases. Olhar para o seu legado e reafirmar os seus propósitos fundadores. O grande desafio para o futuro, sem nunca deixar de lado a preocupação com os mais frágeis, deve ser o de descobrir como encarar a com-

plementaridade na proteção social, com modalidades de benefícios de segurança social, saúde e poupança que façam a diferença na vida dos seus associados.

E nem o movimento das democracias e Estados ocidentais de alargamento dos sistemas públicos de proteção social deve ser visto como um desincentivador à inovação das associações mutualistas. Numa sociedade moderna, que protege os seus cidadãos, o produto mutualista não é a rede de segurança, é sim o complemento para um futuro melhor.

Não existe, como nunca existiu, um choque entre os sistemas de segurança social e os complementos mutualistas. Existe, isso sim, uma ligação umbilical, seja ela histórica ou funcional. Aqueles que se tornaram modelos para a criação de uma das maiores

conquistas da modernidade – a proteção pública dos cidadãos – são agora o seu complemento perfeito. Para isso, há que entender as necessidades e anseios das novas gerações. Há que perceber como agregar valor aos benefícios já assegurados pelos sistemas públicos.

Neste caso, como em muitos outros, o passado mostra-nos o caminho para o futuro. Ao olharmos para o melhor do mutualismo, estamos a olhar para o melhor da pessoa. Estamos a olhar para a solidariedade, para a entreaajuda e para a proteção de todos.

Fica o desafio para o novo ano: pensar na complementaridade da proteção social de forma inovadora, sem nunca esquecer o caminho percorrido até aqui, com enfoque nas matérias de segurança social e saúde. Do passado conseguimos perspetivar o futuro.



Miguel Guimarães

Bastonário da Ordem dos Médicos

O lugar das mutualidades na prestação de cuidados de saúde: os grandes desafios

“Precisamos e contamos com o setor social e solidário para responder aos desafios para a construção de um Portugal pós-Covid-19.”

O foco diário na pandemia, ainda que necessário, tem desfocado a atenção dos decisores políticos dos outros problemas de saúde e sociais que já existiam antes da Covid-19 e que foram agravados durante os últimos dois anos. O que nos relatam os estudos, nomeadamente internacionais, é alarmante. O relatório Health at a Glance alerta que, durante a pandemia, entre os vários países analisados, as necessidades de cuidados médicos não satisfeitas foram mais elevadas na Hungria e em Portugal, com mais de um terço da população a dizer ter renunciado a um exame médico ou a tratamento.

Já em julho de 2021 tinha sido publicado o Relatório da Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho com conclusões preocupantes. Desde o início da pandemia, 21% dos europeus faltaram (ou viram ser adiada) a pelo menos uma consulta ou tratamento. Os países com maiores taxas de atos médicos prejudicados na União Europeia foram a Hungria (36%), Portugal (34%) e a Letónia (29%). O mesmo relatório mostra também que os portugueses estão entre os mais insatisfeitos com os apoios governamentais.

É certo que estamos a viver a maior emergência de saúde pública da nossa história e que há danos que jamais poderíamos evitar. Ainda assim, creio que era possível fazer diferente, bastando para isso colocar as pessoas no centro das decisões e procurar soluções para os seus problemas, expurgando o pensamento de tanta ideologia que por vezes tolda a visão e condiciona a ação.

Portugal tem um Serviço Nacional de Saúde (SNS) com 42 anos de história, que nos orgulha e que queremos preservar. Mas querer que o SNS

funcione e seja gerido da mesma maneira durante 42 anos e que continue a dar uma boa resposta é a melhor forma de ditar o seu fim. É crucial e urgente transformar o SNS, torná-lo competitivo e inovador, com capacidade de resposta adequada às necessidades presentes e futuras dos portugueses. Só assim é possível reforçar e manter o SNS como pilar central da saúde em Portugal.

O acesso à saúde precisa de ser melhorado e de ir ao encontro das necessidades e expectativas dos cidadãos. Portugal conta hoje com um setor privado e um setor social mais fortes e preparados, tanto em termos de capacidade de resposta como de projeto profissional atrativo para os médicos e outros profissionais. As mutualidades sempre foram um parceiro fundamental e que, em complementaridade com o SNS, têm contribuído para mais equidade no acesso à saúde.

A pandemia contribuiu como acelerador em várias áreas de intervenção social. Trabalhar mais em rede passou a ser uma nova realidade no setor social, essencial também para a saúde, pois como demonstrou a Covid-19 as duas áreas estão intimamente ligadas. As instituições tornaram-se mais eficientes e mais cooperantes entre si, saindo a economia social reforçada. Sem saúde não há economia. Acredito firmemente que estes são alicerces que devemos promover ao invés de perder.

É sobretudo em momentos de crise que a economia social experimenta e implementa inovações com potencial de transformação sistémico que, em diferentes momentos históricos, contribuíram para o progresso das sociedades. A pandemia teve, assim, a virtude de nos voltar a recordar a importância de um estado social e de serviços públicos fortes.

Segundo dados disponibilizados pelas mutualidades, a importância da economia social e solidária já era relevante no Portugal anterior à pandemia, e nos últimos anos tem assumido um peso crescente. Os números deixam-no bem claro: em 2016, as quase 72.000 entidades da Economia Social geraram 3,0% do VAB da economia, tendo aumentado 14,6%, em termos nominais face a 2013. Este crescimento foi superior ao observado no conjunto da economia (8,3%), no mesmo período.

Para o futuro, em termos de desafios, será vital que cada um encontre um caminho concorrencial, não no mero sentido competitivo, mas de estímulo por melhores práticas e resultados – o que passa por trabalhar em rede e deixar para quem sabe fazer melhor uma área em que sejamos menos fortes. É importante que as instituições públicas, privadas e sociais continuem a trabalhar em rede, de forma a obter respostas com mais qualidade e mais eficazes.

“A Ordem dos Médicos... acredita no envolvimento das mutualidades para percorrermos o caminho do diálogo e de um sistema que se foque nas necessidades das pessoas, na qualidade, no humanismo, na solidariedade e no respeito.”

Precisamos e contamos com o setor social e solidário para responder aos desafios para a construção de um Portugal pós-Covid-19: o planeamento, a liderança, a gestão dos recursos humanos, a cooperação, a medição do impacto social, a inovação e a sustentabilidade nas instituições são alguns dos desafios que farão parte do futuro e em que as mutualidades terão um papel forte e preponderante.

A Ordem dos Médicos, como associação pública profissional, acredita neste envolvimento das mutualidades para percorrermos o caminho do diálogo e de um sistema que se foque nas necessidades das pessoas, na qualidade, no humanismo, na solidariedade e no respeito.



Marco António Costa
Ex-Secretário de Estado da Segurança Social

A regulamentação do setor social e a exigência de profissionalismo na gestão e operação das instituições

Temas como a proteção da privacidade ou o cumprimento das exigências de compliance passaram a estar na agenda mediática, não mais podendo ser ignorados pelas instituições que integram a economia social.

A economia social, ao longo da sua história, foi sempre apontada como a economia do bem fazer, a economia dos “homens bons das comunidades”, a economia da tolerância, ficando sempre à margem do escrutínio equivalente ao que era realizado à economia pública e à economia privada.

Ora, esse tempo já lá vai. A exacerbação da disputa mediática entre meios de comunicação social e, agora, as redes sociais passou a expor a nível global o que se passa a nível local, advindo, por isso, um risco permanente para

as instituições do terceiro setor serem confrontadas com “notícias” e eventos que podem ferir a sua credibilidade e suscitar intervenções de autoridades judiciais, fiscais, administrativas e outras. Tudo resultante da pressão da mediatização, apostada em reprimir o que, no passado, era tolerado.

Acresce que a regulamentação do setor aponta para um crescimento da exigência de profissionalismo na gestão e na operação das instituições da economia social.

Assim, mutualidades, IPSS, misericórdias, cooperativas e fundações são confrontadas com uma crescente fiscalização pluridisciplinar da sua ação, seja por parte das autoridades competentes, seja por parte das comunidades onde se inserem.

Esta envolvente atual, a par da mais recente legislação, determina que as instituições da economia social devam adaptar-se a crescentes níveis de exigência e de profissionalismo, porque, apesar de continuarem a fazerem o bem e a serem centros de

Mutualidades, IPSS, misericórdias, cooperativas e fundações são confrontadas com uma crescente fiscalização pluridisciplinar da sua ação, seja por parte das autoridades competentes, seja por parte das comunidades onde se inserem.

emanação de ações positivas, é-lhes exigido rigor e escrupuloso cumprimento da lei, da regulamentação e dos princípios éticos que as comunidades entendem ser fundamentais respeitar.

Ora, temas como a proteção da privacidade ou o cumprimento das exigências de *compliance* passaram a

estar na agenda mediática, não mais podendo ser ignorados pelas instituições que integram a economia social.

Na verdade, o quadro legal comunitário e nacional atual que impõe a proteção da privacidade veio aumentar significativamente as exigências para todas as entidades que lidam com dados pessoais, associando ao seu incumprimento um gravoso quadro sancionatório e, não menos importante, elevados efeitos reputacionais.

Por outro lado, a necessidade destas instituições ao nível do *compliance* tornou-se uma realidade. É hoje imperioso assegurar a conformidade com a lei, com os regulamentos e com os princípios e as regras que emanam da ética. Só assim é possível, se não eliminar, pelo menos mitigar os riscos de *compliance* em matérias tão amplas e sensíveis como os assédios profissionais, pessoais ou sexuais; o desrespeito pelas regras administrativas, de boa governação, de gover-

nação transparente e de governação responsável e sustentada.

Trata-se de cumprir, não apenas ditames de ordem voluntária, mas verdadeiras imposições legais, como as que resultam do Decreto-Lei n. 109-E/2021, de 9 de dezembro, que aprovou o Regime Jurídico de Prevenção da Corrupção e que impõe a todas as pessoas coletivas com mais de 50 trabalhadores, ou seja, a uma grande parte das instituições do setor da economia social, a obrigatoriedade de adotarem um conjunto de medidas tendentes a prevenir a corrupção, designadamente, um plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas, um código de conduta, um programa de formação e um canal de denúncias.

As instituições que integram o setor da economia social necessitam, assim, de cumprir com todas estas exigências, de modo a poderem continuar o seu trabalho de excelência em favor das comunidades onde estão inseridas.

Nova geração de equipamentos e respostas sociais



Maria da Luz Cabral
Coordenadora do Projeto Políticas Públicas na Longevidade da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa



Paulo Pedroso
Consultor do Projeto Políticas Públicas na Longevidade da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

A longevidade é uma realidade incontornável no contexto do século XXI, representando uma das principais evoluções e transformações de conquista da humanidade e, em simultâneo, um novo desafio às pessoas e à sociedade. Dados atualizados da OCDE sobre os cuidados de longa duração revelam a necessidade de apostar em equipamentos e serviços que garantam esta resposta de forma mais ampla e qualificada face ao número de cidadãos em situação de dependência ou doença crónica.

O conceito de longevidade deve ser considerado numa estratégia de política pública que integre de carácter transversal respostas aos desafios e oportunidades, com a perspetiva de ampliar a esperança de vida saudável, os cuidados de longa duração, a qualidade e o bem-estar das pessoas ao longo do ciclo de vida.

A Longevidade como um processo ao longo do ciclo de vida

A longevidade tem implicações em diversas esferas da sociedade, apresentando-se como uma prioridade política com uma crescente consciencializa-

ção sobre o tema e sobre as adaptações necessárias, que respondam com dignidade às projeções realizadas.

A transversalidade surge, assim, como uma estratégia política que ajuda a garantir a integração das pessoas em todas as áreas e níveis de formulação de políticas, “com o objetivo de harmonizar as sociedades e as economias relativamente às mudanças demográficas para alcançar uma Sociedade para Todas as Pessoas”¹.

A longevidade pressupõe a criação de ambientes colaborativos, multidisciplinares, que convoquem a interdisciplinaridade dos saberes e dos conhecimentos, colocando a pessoa no centro da ação, ponderando a individualidade e a especialização dos serviços e das instituições na comunidade.

Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais

O investimento numa Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais visa promover a longevidade significativa, ativa e saudável sendo o investimento nos cuidados especializados



e de longa duração bem como a conciliação entre a atividade profissional e a vida familiar elementos essenciais à vida em sociedade.

A concretização destes novos Equipamentos pressupõe a requalificação da rede de respostas sociais já existentes, adaptando-os à condição e especificidades dos diversos perfis populacionais, bem como o desenvolvimento de novos Equipamentos que incorporem o digital o serviço das pessoas.

Estes novos equipamentos de serviços e cuidados (saúde e sociais) pretendem ser diferenciados, de proximidade, de continuidade, individualizados e adaptados às pessoas e

ao contexto, de forma a garantir melhores respostas às expectativas e privações da população, fomentando a autonomia, prevenindo a dependência e retardando a institucionalização.

A Nova Geração de Equipamentos deve igualmente estimular a qualificação de profissionais e consequentemente as entidades, requalificando e modernizando postos de trabalho na prestação de cuidados de longa duração, naturalmente e investindo na tripla capacitação com repercussões na melhoria continua das respostas e serviços que disponibilizam. Na expectativa de assegurar oportunidades ao longo do ciclo de vida podendo ocorrer a três níveis individual, organizacional e comunitário.

Conclusão

Os níveis de literacia, a qualificações das pessoas, a rápida evolução do conhecimento, as práticas profissionais e a evolução tecnológica evidenciam a importância de promover e privilegiar a aposta no âmbito cultural, educativo e formativo a toda a população ao longo do ciclo de vida, no pressuposto da aprendizagem ao longo da vida no desenvolvimento de competências e capacidades. A capacitação consiste desta forma no processo de desenvolvimento de aptidões individuais, que envolve a formação de competências, o incremento da capacidade técnica de melhoria continua.

No âmbito do direito à Longevidade reclama atenção especial o princípio da vontade e autodeterminação, significando este que cada pessoa detém sobre a sua vida sentido e significado na inteira liberdade de escolha na plenitude do exercício da sua vontade esclarecida e respeitada, porque informada e consciente.

A capacitação potencia o capital humano da sociedade e consagra a perspetiva de transversalidade enquanto fator promotor da integração e coesão social.

¹ Estratégia de Implementação Regional de Madrid para o Plano Internacional de Ação sobre o Envelhecimento, Compromisso 1, UNECE, 2002.

Bibliografia
Cabral, Maria da Luz & Pedroso, Paulo. (2021). Políticas Públicas na Longevidade. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

25 anos depois, governo e setor social “renovam” Pacto de Cooperação para a década

O Governo e o setor social acabam de renovar o Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social. Foi há 25 anos que foi assinado este instrumento referencial do modelo de parceria público-social, com o objetivo de criar uma rede nacional de proteção social, equipamentos e serviços, dirigida em primeira linha aos cidadãos em situação de maior vulnerabilidade.

O trajeto percorrido neste quarto de século é aplaudido por todas as partes, mas as profundas alterações económicas, sociais e legislativas operadas ditaram a necessidade de rever e aprofundar o compromisso.

O novo Pacto de Cooperação, agora celebrado, terá um horizonte temporal de 10 anos, envolve mais áreas governativas (Ministérios) e mais parceiros (Confecoop, que não assinou em 1996), e consagra o compromisso do Estado em reforçar, de forma progressiva e anual, o valor das participações às respostas sociais protocoladas, para atingir os desejados 50 por cento do custo médio por utente.

O compromisso visa responder aos desafios demográficos, como a natalidade, conciliação da vida profis-

sional, pessoal e familiar, formação e aprendizagem ao longo da vida, assim como ao envelhecimento ativo e saudável, aos migrantes e às vítimas especialmente vulneráveis.

Estando em marcha o processo de transferência de competências para as autarquias locais, em diversos domínios, como a Ação Social, Saúde e Educação, entre outros, o Pacto de Cooperação frisa que é importante considerar a participação das instituições sociais, para que desse processo não possa decorrer “o risco de um enfraquecimento da parceria público-solidária e da proteção social atualmente garantidas nas áreas abrangidas”.

Esse envolvimento das autarquias locais no compromisso é sublinhado pelo Primeiro-Ministro, António Costa, que sendo ele um ex-autarca, não tem dúvida de que “a proximidade é um ganho imenso na execução das políticas sociais”.

Em seu entender, a celebração de um novo Pacto de Cooperação representa “o compromisso de reafirmar a parceria estratégica entre o Estado central, as autarquias e as instituições e a vontade de fazer mais e melhor”.

“Um novo pacto para a próxima década”

Na conjuntura que se atravessa, emerge a necessidade de avançar com investimento estrutural e, segundo a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, este “contrato social” para a próxima década assume “a necessidade da reinvenção de algumas respostas e equipamentos sociais”, de forma a assegurar respostas individualizadas e personalizadas às pessoas. Ana Mendes Godinho refere nomeadamente as dimensões do apoio à família, alargamento da rede de creches

Documento consagra o compromisso do Estado em reforçar, progressiva e anualmente, o valor das participações às respostas sociais protocoladas, de forma a atingir 50 por cento dos custos médios por utente.

e a gratuitidade da sua frequência, as novas respostas para a longevidade, promovendo o envelhecimento ativo e com autonomia dos idosos, combatendo o isolamento e recorrendo aos mecanismos tecnológicos de acompanhamento (teleassistência).

Com o acréscimo de responsabilidades das autarquias na ação social, a governante alerta para a necessidade de encontrar modelos de resposta integrada a nível local, mobilizando para isso a rede social local. Por outro lado, salienta o alargamento da parceria à área da habitação, para a qual o setor social é “convocado”, na perspetiva de abraçar o desafio da “habitação acessível” e do alojamento em situações de emergência social.

O Pacto de Cooperação assume também o objetivo da modernização dos equipamentos e dos serviços sociais, promovendo a certificação da sua qualidade, e a valorização e qualificação dos seus recursos humanos. O Governo reconhece a necessidade de investimento estrutural, nomeadamente nas respostas à infância e aos idosos, apontando para o seu financiamento através do Plano de Recuperação e Resiliência e do programa PARES.



GOVERNO DE PORTUGAL

As respostas protocoladas pelas instituições com a Segurança Social abrangem cerca de 500 mil pessoas e são asseguradas por cerca de 200 mil trabalhadores.

O Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social foi assinado, a 23 de dezembro, em cerimónia pública, pelo Primeiro-Ministro, António Costa, e pelos presidentes da ANMP-Associação Nacional de Municípios Portugueses (Luísa Salgueiro), Anafre-Associação Nacional de Freguesias (Jorge Veloso), da União das Mutualidades Portuguesas (Luís Alberto Silva), União das Misericórdias Portuguesas (Manuel de Lemos), Confecoop (Joaquim Pequicho) e CNIS (Lino Maia).

- Quem são os parceiros do novo Pacto de Cooperação?**
- Governo (Ministérios: Economia e Transição Digital; Presidência; Finanças; Administração Interna; Justiça; Modernização do Estado e da Administração Pública; Planeamento; Cultura; Educação; Trabalho, Solidariedade e Segurança Social; Saúde; Ambiente e Ação Climática; Infraestruturas e Habitação; e Coesão Territorial).
 - Municípios; Freguesias; União das Mutualidades Portuguesas; CNIS; Confecoop; União das Misericórdias Portuguesas;

O passado e o futuro do Pacto de Cooperação segundo o setor social

O Pacto de Cooperação, celebrado em 1996, foi, durante 25 anos, um referencial da relação de cooperação entre o Estado e o setor social para a construção de uma rede nacional de proteção social. Luís Alberto Silva (UMP), Lino Maia (CNIS), Manuel de

Lemos (União das Misericórdias) e Joaquim Pequicho (Confecoop), presidentes das quatro entidades representativas do setor social e solidário, falam-nos, em discurso direto, sobre o passado e os desafios do Pacto de Cooperação para a Solidariedade nos próximos 10 anos.

1. Que balanço faz dos 25 anos de execução do Pacto de Cooperação?



Luís Alberto Silva
Presidente da União das Mutualidades Portuguesas

2. A que desafios deve responder o “novo” Pacto de Cooperação?

1. É um balanço francamente positivo! Os princípios e as bases da cooperação nele estabelecidas em 1996 moldaram e solidificaram um conjunto de equipamentos e respostas sociais, que, em todos os momentos, mesmo nos mais exigentes, como a crise financeira de 2008 e a pandemia que agora atravessamos, foram o suporte e estiveram ao lado dos portugueses, cuidando e protegendo os mais vulneráveis. Esta virtuosa parceria entre o Estado e as instituições sociais é hoje um referencial na Europa e um instrumento poderoso ao serviço da coesão. O caminho que percorremos nestes 25 anos deixa-nos orgulhosos, mas também conscientes de que temos de acelerar uma nova geração de respostas, perante a premência

de novos e velhos problemas, como o envelhecimento da população, a natalidade, conciliação da vida pessoal, profissional e familiar e as migrações, entre outros.

2. O novo quadro da cooperação entre o Estado e o setor social está assente em premissas e compromissos que nos parecem os adequados para os próximos anos, desde logo a preocupação em robustecer e modernizar as instituições e encontrar novas, mais ajustadas e personalizadas respostas aos problemas da sociedade.

No entanto, há desafios complexos que importa sublinhar, entre outros: a necessária articulação entre as diferentes áreas governamentais na formulação e na implementação de políticas públicas e a transferência de competências do Estado para as autarquias em matérias relevantes para a economia social, sem colocar em causa beliscar o capital de conhecimento e experiência que estas entidades acumularam e colocaram ao serviço das populações.



Lino Maia
Presidente da CNIS – Confederação Nacional das Instituições Sociais

1. O balanço é francamente positivo: com a assinatura do Pacto de Cooperação para a Solidariedade em 19 de Dezembro de 1996, em que foram subscritores o então Primeiro Ministro, Eng.º António Guterres, a ANMP (Associação Nacional dos Municípios), a ANAFRE (Associação Nacional das Assembleias de Freguesia) e as, então, três organizações representativas do Sector Social Solidário (União das Mutualidades, União das Misericórdias e União das Instituições Particulares de Solidariedade Social, consolidou-se um verdadeiro pilar do Estado Social, com serviços de qualidade, com capilaridade, com validade e consistência na cooperação, com opção preferencial pelos mais carenciados, com proximidade, com solidariedade e com subsidiariedade.

Ao longo destes 25 anos houve apenas dois pequenos/grandes senãos na cooperação: enquanto se foi caminhando para uma excessiva e incoerente fiscalização do Sector, a sustentabilidade do Sector Social Solidário não foi devidamente acautelada, com uma degradação progressiva nas comparticipações públicas para o Sector.

De qualquer modo, hoje, e na sequência da celebração do Pacto, há 5.565 Instituições a prestar bons serviços, com opção preferencial pelos mais carenciados, há largos milhares de dirigentes que voluntária e devotamente se dedicam nas Instituições e há centenas de milhares e dedicados trabalhadores que fazem com que muitos portugueses tenham um melhor devir e condições melhores para uma existência mais feliz. Nas Mutualidades, nas Misericórdias, nas Instituições Particulares de Solidariedade Social e nas Cooperativas.

2. Enquanto é bom que a CONFECOOP também tenha sido chamada

ao Sector e é mais uma subscritora do novo Pacto, sublinho três aspetos:

O alargamento da cooperação a mais ministérios e melhor coordenação entre eles, particularmente nos ministérios de assuntos sociais (Educação, Saúde, Segurança Social e Trabalho).

A melhor assunção do Estado das suas obrigações, nomeadamente comparticipando melhor nos custos dos serviços prestados pelas Instituições: há que rapidamente ultrapassar os atuais 38% nas comparticipações para chegar, no mínimo, aos 50% nas comparticipações públicas. Isto no geral das valências, porque há valências em que o Estado tem de financiar no todo ou em grande parte dos custos, como sejam, por exemplo nos Lares de Infância e Juventude e nas respostas sociais para a Deficiência.

E a revisão do regime fiscal das Instituições (Cooperativas, IPSS, Misericórdias e Mutualidades): prestam serviço público, devem ter um regime fiscal compatível.



Manuel de Lemos
Presidente da União das
Misericórdias Portuguesas

1. O Pacto de Cooperação constituiu, ao longo destes 25 anos, a trave mestra da relação do setor solidário com o Estado; e que permitiu que o setor se afirmasse decisivamente como o parceiro por excelência do Estado para implementar as principais políticas sociais. Mesmo quando, aqui ou ali, o Estado quis virar costas ao Setor, o Pacto estava ali como um farol e uma referência.

2. O novo Pacto deve continuar este processo no plano dos princípios e adaptá-lo às novas realidades da sociedade portuguesa nestes primeiro e segundo quartel do século XXI. Sobretudo deve ser claro no plano dos compromissos e responsabilidades relativas também no plano financeiro e das relações com as autarquias. Porque, por um lado, o setor necessita de ser sustentável, e atuar com previsi-

bilidade. E porque, por outro lado, necessita de liderar a inovação quer em sede de transição climática, quer em sede de transição digital, que de outra forma dificilmente serão colocados ao serviço das políticas sociais. Se me permitem parafrasear S. João Crisóstomo “não é a estrela que mostra o caminho, mas foi porque nos metemos ao caminho que vimos a estrela”



Joaquim Pequicho
Presidente da Confecoop

1. É fracamente positivo e expressivo de uma relação de Cooperação entre o estado e as organizações da sociedade civil. Um dos princípios que o movimento cooperativo defende. O Pacto assume uma particular relevância institucional, na medida em que a sua assinatura é feita em período pandémico, em que a vida das pessoas, das organizações e das respostas sociais, foi profundamente abalada. Sabemos que “...há vida depois do COVID” e por isso é reiterado

este compromisso de coesão e solidariedade, mas ainda assim, não podemos deixar de sublinhar que há um longo caminho a percorrer para garantir a estabilidade, a previsibilidade e, fundamentalmente, a sustentabilidade das respostas sociais.

2. São múltiplos, particularmente os desafios de contexto e que resulta dos processos de transição digital e ambiental, assegurando como prioritário o combate à iliteracia digital e ambiental. Há que capacitar as pessoas e garantir a acessibilidade. Destacamos simultaneamente o desafio da descentralização de competências, mas entendido como um processo em que as organizações são uma parte importante desta equação. Estamos profundamente mobilizadas para um “ReConstruir Melhor Juntos”, num claro compromisso de intercooperação e mobilização dos diversos agentes. Façamos deste ReConstruir Juntos uma Constelação de Esperanças, pois somos organizações feitas de pessoas para servir as pessoas, organizações de proximidade, de gestão democrática e profundamente comprometidas com os territórios, com as comunidades e com o ambiente.

As lições que as mutualidades aprenderam com a pandemia

Num primeiro impulso, é apenas o lado sombrio da pandemia que nos vem à mente: os postos de trabalho encerrados, as vidas perdidas, a exaustão dos profissionais de saúde, as restrições aplicadas por todo o mundo. A crise provocada pela propagação do coronavírus trouxe, também, mais humanitarismo, inovação e capacidade de adaptação a novas circunstâncias. Trouxe aprendizagens que ninguém irá esquecer.

As mutualidades vocacionadas para a saúde, proteção à infância ou aos idosos, ou a previdência social, foram confrontadas com enormes desafios, quando em março de 2020 o país fechou portas para travar o vírus. Cada uma a seu modo, soube adaptar-se e responder a uma emergência social e sanitária nunca antes vivenciada.

“Claro que a pandemia não é desejável, mas acabou por nos fazer sentir mais preparados para o futuro, para alguma adversidade”, declara Alexandre Lopes, Presidente do Conselho de Administração da Associação de Socorros Mútuos de São Mamede de Infesta, que gere uma clínica mutualista. Da experiência retiram-se lições. “Tivemos a percepção de que temos de trabalhar para criar reservas financeiras que nos permitam, no futuro, em situações semelhantes, sermos capazes de, por nós próprios, dar respostas e estarmos capacitados para enfrentar situações de crise que

possam surgir”, destaca. No caso da associação matosinhense, quando a crise sanitária bateu à porta, “não se vivia um período muito abonatório, em termos da sua estabilidade financeira” e, nessa altura, para além da resiliência que foi necessária, o apoio do fundo de financiamento às organizações sociais, ajudou a colmatar esse problema. “Neste momento, estamos no rumo certo”, completa Alexandre Lopes.

Nos primeiros meses da pandemia, em que as informações, as orientações e recomendações chegavam em caduça, as associações mutualistas foram capazes de se moldar ao contexto vivido. “Aprendemos a organizarmo-nos de outra forma, quer seja administrativamente, quer seja internamente, ao nível do funcionamento, e até na relação com os associados, com quem passámos a comunicar mais pela via digital”, salienta António Oliveira, Presidente do Conselho de Administração d'A Previdência Portuguesa, que, para além de produtos de previdência social, possui respostas na área da saúde e apoio à infância e habitação.

Não foi apenas na relação com os Associados que as associações mutualistas se reforçaram. Esta pandemia revelou facetas humanas verdadeiramente admiráveis em muitos dos trabalhadores, principalmente daqueles que estavam na primeira linha do apoio aos idosos e às crianças.



Alexandre Lopes
Presidente da ASM
São Mamede de Infesta.



António Oliveira
Presidente do Conselho de Administração
d'A Previdência Portuguesa, Coimbra.



Vítor Godinho
Presidente da Direção do Legado
do Caixeiro Alentejano, Évora

“Aprendemos muito, em vários campos: não só na segurança e higienização, mas também sobre o que estava por trás de alguns ou da maioria dos funcionários. Isto permitiu-nos conhecer melhor as pessoas, como pessoas”, nota o Presidente da Direção do Legado do Caixeiro Alentejano, Évora, Vítor Godinho, realçando “a entrega e a dedicação extrema dos trabalhadores nos momentos mais difíceis”.



X Encontro Nacional de Dirigentes Mutualistas

O Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário e o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) estiveram em plano de evidência no evento que teve como mote os “Mecanismos de Apoio Financeiro à Proteção Social” e que decorreu, no auditório da CCDR-Centro, Coimbra. Catarina Marcelino Vice-Presidente do Instituto de Segurança Social abordou o primeiro tema, com moderação de Carla Silva, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da UMP, e Sara Ferreira, Diretora Técnica do CIDACL. Sofia Silva Ferreira, representante do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, e Teresa Sá Marques, coordenadora da Comissão Especializada Social e do Território do PRR, constituíram um painel moderado por Edgar Diogo, que esmiuçou toda a informação relativa ao PRR, “uma oportunidade única para o setor social, como considerou Isabel Damasceno, Presidente da CCDR-Centro, ou, como referiu Luís Alberto Silva, Presidente do Conselho de Administração da UMP, “a alavanca que faltava às associações mutualistas para crescerem e se modernizarem”.

II Encontro Nacional de Mulheres Mutualistas

Subordinado ao tema “A importância da Mulher no Mutualismo, na Sociedade e na Democracia”, o evento realizado em parceria com a Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Bragança (ASMAB) e em formato de videoconferência, contou com a participação da Secretária de Estado da Valorização do Interior, Isabel Ferreira, que sublinhou o “papel histórico” e “fundamental na proteção social” do movimento mutualista em Portugal. Luís Alberto Silva, Presidente do Conselho de Administração da UMP, lembrou que a equidade entre homens e mulheres “é fundamental para a regeneração do próprio movimento

Chama Mutualista

O símbolo da força e vitalidade do movimento mutualista viu o seu percurso ser interrompido em março de 2021, devido aos constrangimentos provocados pela pandemia, mas voltou, entretanto, à estrada para continuar o seu caminho pelas Associações Mutualistas, ainda que com um conceito diferente do inicial. Associada agora a causas solidárias, como caminhadas, rastreios de saúde, recolha de bens para famílias carenciadas, limpeza de praias e florestas, visitas a idosos ou pessoas vulneráveis, e atividades marcantes, a Chama Mutualista percorreu mais algumas centenas de quilómetros, desde A Mutualidade de Santa Maria, onde (re)começou o seu itinerário, até instituições como a Familiar de Espinho, Associação Primeiro de Dezembro e A Familiar de Grijó.



mutualista, para aportar novas multidivências, novos temas e refrescar a imagem e ação deste setor”. O Encontro contou ainda com a participação de Armanda Fernandez, Presidente da ASM Freamundense, Teresa Fernandes, Coordenadora do Centro de Apoio à Vítima de Bragança, Ana Maria Rodrigues, Subintendente da PSP, Fernanda Silva, Vereadora da Cultura, Ação Social e Educação da Câmara Municipal de Bragança, Alcídio Castanheira, Presidente do Conselho de Administração da ASMAB, e Orlando Seixas Vaqueiro, Diretor do Centro Distrital de Segurança Social de Bragança.

Ações de capacitação chegam a 400 participantes

A capacitação das associações mutualistas e dos seus recursos humanos é um eixo estruturante na estratégia de rejuvenescimento do mutualismo e, em 2021, a União das Mutualidades Portuguesas (UMP) reforçou a sua ação nesse capítulo.

O modelo das Jornadas Mutualistas Regionais foi alterado, conferindo-lhe mais momentos de formação e capacitação ao longo do ano sobre áreas de gestão das organizações mais sensíveis em cada caso, e abrindo espaços de mentoria e consultoria.

A primeira edição de 2021, que compreendeu cinco sessões (três presenciais e duas em formato de videoconferência), que procurou preparar e capacitar os recursos humanos das mutualidades para os processos de candidatura ao Plano de Recuperação e Resiliência. A segunda, com sete sessões presenciais que se estendem até junho de 2022 (duas realizadas em 2021), visa diagnosticar os maiores constrangimentos de cada uma das associações participantes, elaborar e implementar, com mentoria de uma consultora com experiência no setor social, um plano de desenvolvimento.

Em outras áreas-chave, como a comunicação, jurídica e financeira, iniciou um ciclo de webinars mensais, nos quais os gabinetes da UMP e os dirigentes e colaboradores das mutualidades partilham experiências e boas práticas, se esclarecem mutuamente sobre matérias relacionadas com as atividades que desenvolvem quotidianamente.

No total, foram realizadas sete sessões (no norte e no sul do país) no âmbito das Jornadas Mutualistas Regionais e 14 webinars (um dinamizado por uma entidade externa), em que se registaram cerca de 400 participantes.



XIII Congresso Nacional do Mutualismo

Os novos caminhos da saúde e da economia social

O futuro da Saúde no setor social e os novos caminhos para a economia social foram os temas fortes do XIII Congresso Nacional do Mutualismo, que contou com o Secretário de Estado da Segurança Social, Gabriel Bastos, na sessão de abertura e com o Secretário de Estado Adjunto e da Educação, João Costa, a fechar a primeira parte dos trabalhos.

Miguel Guimarães, Bastonário da Ordem dos Médicos, e os ex-Secretários de Estado da Saúde Manuel Delgado e Rosa Valente de Matos, com moderação de Pimenta Marinho, ex-Presidente da Administração Regional da Saúde, sublinharam o papel insubstituível das mutualidades e do setor social na prestação de cuidados de saúde.

Marco António Costa, ex-Secretário de Estado da Segurança Social, Tiago Preguiça, Diretor-Geral da Segurança So-

cial, e Maria da Luz Cabral, professora universitária que coordenou o grupo de trabalho da Santa Casa da Misericórdia para a elaboração de uma proposta estratégica no âmbito do envelhecimento, constituíram um painel moderado por Carlos Azevedo, CEO da Social Business School, em que se debateram questões como a premência de uma nova geração de equipamentos e respostas aos idosos e o quadro regulador das associações mutualistas.

Sob o mote “Da Herança ao Futuro”, o Congresso Nacional, que decorreu no Hotel Solverde, em São Félix da Marinha, Vila Nova de Gaia, contemplou ainda uma tertúlia sobre a história do mutualismo, com as investigadoras Joana Dias Pereira e Virgínia Baptista, que abordaram as origens do mutualismo e o papel das mulheres nas associações mutualistas ao longo da história.



Luís Alberto Silva, Presidente da União das Mutualidades Portuguesas



Gabriel Bastos, Secretário de Estado da Segurança Social



João Costa, Secretário de Estado Adjunto da Educação



Painel “O futuro da Saúde no Setor Social”



Painel “Novos caminhos para a Economia Social”

Personalidades e projetos distinguidos com os Prémios UMP

A UMP instituiu um conjunto de distinções honoríficas, que anualmente atribui a personalidades nacionais e internacionais cuja ação e percurso de vida incorporam valores mutualistas e de cidadania, e a instituições e projetos que contribuem para o progresso e desenvolvimento do mutualismo. Nestas e nas páginas seguintes, damos a conhecer os premiados, anunciados no XIII Congresso Nacional do Mutualismo.



Marta Temido

Prémio Cidadania e Solidariedade

Não só a “ação, entrega e resiliência com que coordenou a resposta à pandemia, num contexto tão complexo e desconhecido quanto o que vivemos”, como “o seu humanismo, genuinidade, humildade e caráter resolutivo” estiveram na base da distinção de Marta Temido, Ministra da Saúde, com o Prémio Cidadania e Solidariedade.



Alfredo Sigliano

Prémio Mutualismo e Solidariedade Internacional

Fundador e Presidente da União Mundial das Mutualidades, o dirigente mutualista argentino Alfredo Sigliano, foi distinguido pela UMP, a título póstumo, com o Prémio Mutualismo e Solidariedade Internacional. O seu percurso cívico e o “relevante contributo” que prestou na difusão e no desenvolvimento do mutualismo” à escala mundial fundamentam a homenagem.



Armanda Fernandez

Prémio Mutualismo e Solidariedade

A dedicação e empenho face ao movimento mutualista de Armanda

Fernandez foram tidos em conta no momento da entrega do Prémio Mutualismo e Solidariedade 2020 à Presidente da Associação de Socorros Mútuos de Freamunde, que se considera “uma verdadeira mutualista”.



Augusto Ferreira Machado

Prémio Mutualismo e Solidariedade

O comendador Augusto Ferreira Machado recebeu o Prémio Mutualismo e Solidariedade 2020, dado o seu “largo contributo para o desenvolvimento da freguesia de Sandim, onde nasceu, e o seu cariz de bemérito”. Liderou os destinos da Associação de Socorros Mútuos Nossa Senhora da Esperança de Sandim, ajudando a afirmar a instituição no contexto local como uma referência na prestação de cuidados de saúde, assistência medicamentosa e no apoio social.

“Tentei chegar onde podia e não podia”

Ana Raquel Silva, auxiliar de ação direta no Lar Residência dos Apóstolos, do Legado do Caixeiro Alentejano, foi distinguida com o Prémio Trabalhador do Ano, pelo seu exemplo durante a pandemia.

Completam-se em fevereiro de 2022, sete anos que Ana Raquel Silva passou a integrar, enquanto auxiliar de ação direta, a equipa da Residência Apóstolos, valência do Legado do Caixeiro Alentejano – Associação Mutualista, voltada para a terceira idade. O mês de novembro de 2020 não lhe sairá da memória tão cedo. “Foi um dos piores meses da minha vida”, confidencia à MUT, recordando o período em que a sua rotina se resumia a trabalho-casa e casa-trabalho, quase sem ver a família. Estava em plena linha da frente, na ala dos utentes infetados com Covid-19, num momento crítico da pandemia no lar.

“Esse mês fiquei sozinha em casa. Nem pude chegar perto dos meus, com medo, porque qualquer erro podia ser fatal. Afastei-me dos meus para poder cuidar dos nossos. Porque são nossos. [O trabalho] É a nossa segunda casa”, conta.

Ainda que tenha sido uma altura “muito difícil” para Ana Raquel Silva, o esforço hercúleo da ajudante de ação direta foi reconhecido, ao ser indicada pela instituição que serve e ao ser, entre os cinco concorrentes, a candidata mais votada pelo público no site mutualismo.pt. Considerada

“um exemplo de abnegação em prol da missão mutualista” pelo Legado do Caixeiro Alentejano, foi distinguida com o Prémio Trabalhador do Ano, atribuído pela União das Mutualidades Portuguesas durante o XIII Congresso Nacional do Mutualismo. “Fiquei muito contente por ter tido esse reconhecimento, depois de tanto trabalho”, declara.

Com especial complexidade, devido à utilização de máscara, viseira, bata e outros equipamentos de proteção individual, assim como a pandemia o exigia, cuidava dos idosos sem canso. “Tínhamos de estar sempre a analisar os sinais - se tinham febre,

etc. -, porque, de um minuto para o outro, [os utentes infetados pelo vírus] podiam piorar”, relata. “Tentei chegar onde podia e não podia”, conclui.

Vítor Godinho, Presidente da Direção do Legado do Caixeiro Alentejano, destaca o empenho e dedicação da funcionária, assim como das suas colegas, que “sacrificaram a vida delas”. “Custava-lhes abalar à tarde ou ao fim do turno, à noite ou de madrugada. Via-se que havia ali alguma relutância em abandonar os utentes, de sair de junto dos idosos”, recorda, sublinhando o papel importante que os trabalhadores desenvolvem nas mutualidades.



Cuidar de Quem Já Cuidou, o projeto da ASMAB que luta contra o isolamento dos idosos

O projeto Cuidar de Quem Já Cuidou valeu à Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Bragança (ASMAB) o Prémio Inovar Para Melhorar, instituído pela União das Mutualidades Portuguesas para distinguir iniciativas e ações que constituam boas práticas e exemplos de inovação e modernidade e contribuam para o desenvolvimento do mutualismo e da economia solidária.

Foi com o objetivo de combater o isolamento dos idosos, tendo em conta os longos períodos de confinamento a que estiveram sujeitos e que em muitos casos tiveram reflexo na sua condição física e psicológica, que a ASMAB colocou em marcha um projeto que procurou ir muito além daqueles que são os serviços típicos prestados no âmbito da valência de centro de dia. A instituição vai buscar os idosos a casa para as atividades, leva-os às consultas médicas ou a tratar de assuntos nos serviços públicos e, dessa forma, liberta os cuidadores.

Manuel Branco, um dos utentes do centro de dia da ASMAB que beneficia do projeto, acorda todos os dias com outro ânimo, sabendo que o dia será passado na instituição, reencontrando os amigos e funcionárias. Depois dos períodos de confinamento, em que esteve sozinho em casa, sente-se “muito feliz” por poder regressar



à ASMAB e jogar às cartas, conversar, pintar, ou ir às aulas de hidroginástica, na Piscina Municipal de Bragança.

O convívio e o apoio prestado pela instituição são os aspetos que Carlos Favas, outro dos utentes do centro de dia, mais valoriza. Sente-se “mais acompanhado” com o apoio extra que lhe é prestado, e os passatempos que o ocupam, e acredita que deixou de ser uma preocupação acrescida para o filho que, muitas vezes, tinha de andar a correr para o levar a alguns compromissos inadiáveis.

Ainda que estes sejam testemunhos e perspetivas na primeira pessoa, isto é também sentido pelas próprias funcionárias. Carla Borges, coordenadora da creche familiar e dos projetos da

ASMAB, conta que apenas o facto de irem buscar os utentes a casa e levá-los para a instituição ou a um serviço público de que precisem, como as consultas médicas, é o suficiente para sentirem “um bocadinho mais de ânimo perante este afastamento social que houve”. “Um dos utentes já não vinha desde o primeiro confinamento e, quando veio, sentimos que estava realmente mais animado por estar a socializar, estar em grupo com os antigos colegas...”, recorda.

“O confinamento veio fazer com que a maior parte dos nossos utentes e idosos em geral se limitassem muito a estar por casa e acabaram por perder a pouca mobilidade que tinham”, reconhece, acrescentando que o impacto do projeto está a ser “muito positivo”.

Os dossiês de 2021 colocados na agenda do Governo

Os constrangimentos à abertura de farmácias sociais e no acesso ao exercício da atividade funerária, o projeto de internacionalização e a desburocratização e simplificação administrativa da relação com o Estado foram alguns dos dossiês que estiveram no centro das atenções da União das Mutualidades Portuguesas em 2021 e que motivaram audiências com diferentes membros do Governo.

Numa audiência com o Secretário de Estado da Saúde, Diogo Serras Duarte, o Presidente do Conselho de Administração da UMP, Luís Alberto Silva, pediu uma “urgente clarificação” do Regime Jurídico das Farmácias de Oficina, cuja interpretação tem impedido as associações mutualistas de abrirem novas farmácias. No universo mutualista, existem 18 farmácias sociais a aguardar, há anos, autorização para abertura, 12 das quais com ações a decorrer na justiça.



O acesso ao exercício da atividade funerária esteve em cima da mesa, numa reunião da UMP com o Secretário de Estado da Defesa do Consumidor, João Torres (foto na coluna da esquerda). O regime jurídico de acesso e exercício de diversas atividades de comércio, serviços e restauração entrou em vigor em 2015 e permite que a atividade funerária seja exercida pelas IPSS ou entidades equiparadas, remetendo, neste caso, para um protocolo a estabelecer pela Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE), Direção-Geral da Segurança Social (DGSS) e o Instituto da Segurança Social (ISS), que ainda não conheceu a luz do dia.

O trabalho e a estratégia de internacionalização da UMP foram dados a conhecer ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva (foto nesta coluna), a quem foi ainda proposta a celebração de um protocolo com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, facilitador de contactos com autoridades e organizações internacionais.



Além disso, foi sugerida a inclusão de um representante da UMP em missões de diplomacia económica, relevantes para o setor da Economia Social.

A simplificação da relação das Associações Mutualistas com os diferentes organismos do Estado foi o tema central da audiência com a Ministra da Modernização Administrativa e da Administração Pública, Alexandra Leitão. Entre muitos outros aspetos, foi proposta a conexão da ferramenta Simplex Mutual, desenvolvida pela UMP, com as plataformas de prestação de contas e estatísticas da Direção-Geral da Segurança Social, Orçamentos e Contas das IPSS e Instituto Nacional de Estatística.

Numa reunião com a Ministra da Justiça, Francisca Van Dunem (foto nesta coluna), entre outros assuntos, a UMP deu conta das conclusões do XIII Congresso Nacional do Mutualismo e procedeu à entrega do livro “Origens do Mutualismo em Portugal”, lançado durante o mesmo evento.



O livro que traz uma nova luz sobre as origens do mutualismo

Mais do que uma fonte de informação ou boa companhia, os livros podem ser autênticas máquinas do tempo que nos permitem viajar pela história e conhecer o passado, tal como se o tivéssemos vivido. E é exatamente isso que a obra “Origens do Mutualismo em Portugal”, editada pela União das Mutualidades Portuguesas, em julho de 2021, pretende fazer, ao mostrar as fundações do movimento mutualista e a sua evolução ao longo dos séculos.

Fruto de um projeto de investigação que juntou dois docentes da Universidade Nova de Lisboa, Joana Dias Pereira e Rui Henriques, o livro marca o regresso da União das Mutualidades Portuguesas à edição de obras sobre o mutualismo e a sua história, desvendando um novo ponto de partida para o movimento mutualista, até 1176, mais de um século antes do registo mais antigo que até agora se conhecia.

Esta nova premissa tem por base a ideia de que “o movimento mutualista se filia diretamente no movimento confraternal, nas antigas irmandades e confrarias” e cuja transição entre esse modelo e o associativismo moderno, como hoje o conhecemos, “já fruto de um novo período, uma nova conjuntura política e um novo regi-

me económico depois das revoluções liberais europeias” foi aprofundada, explica a autora.

Realizado no âmbito do projeto “Mutualismo – Modernizar, Expandir e Afirmar”, do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE), reflete o modo como o mutualismo se moldou às diferentes conjunturas políticas, organizações sociais e regimes económicos adotados ao longo da história, procurando manter-se relevante e, acima de tudo, necessário, enquanto facilitador de mecanismos de previdência e assistência social, perceptível desde o movimento confraternal até à emergência de associações de socorros mútuos cientificamente organizadas.

A obra viaja ainda até ao primeiro Congresso Social, datado de 1865-1866, para apresentar o mutualismo como o “primeiro movimento social moderno a articular-se à escala nacional e a intervir junto do poder político, reivindicando proteção social e assistência para os mais desfavorecidos”. “Podemos comprovar que, de facto, é no seio dos congressos mutualistas que se discute,

se debate e se propõe aquilo que vão ser os estados de bem-estar europeus, ou seja os sistemas de proteção social”, esclarece a professora e investigadora da Universidade Nova de Lisboa.

O livro foi lançado no XIII Congresso Nacional do Mutualismo e distribuído, entre outras entidades, pelas Associações Mutualistas, bibliotecas municipais e dos estabelecimentos de ensino superior do Continente e Ilhas.

“Este investimento da UMP, na edição e divulgação do livro e da investigação que lhe está subjacente junto dos meios académicos, reveste-se de grande importância, no caminho que estamos a percorrer de dar a conhecer aos nossos jovens e estudiosos da economia social o papel do Movimento Mutualista na sociedade portuguesa contemporânea e ao longo dos últimos oito séculos de história”, destaca Luís Alberto Silva, Presidente do Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas, adiantando que, no início de 2022, é lançado um outro livro dos mesmos autores - “História do Mutualismo nas Ex-Colónias”.



As origens do Mutualismo em Portugal



Joana Dias Pereira
Investigadora da Universidade
Nova de Lisboa

A União das Mutualidades Portuguesas editou no corrente ano um livro dedicado às origens históricas do mutualismo, comprovando a sua resiliência e capacidade de adaptação ao longo dos séculos, bem como o seu papel central no progresso social. Foi examinado um conjunto significativo de acordos, compromissos e estatutos de instituições baseadas na mutualidade, desde a Alta Idade Média à modernidade e em diferentes contextos – entre as comunidades rurais, urbanas e marítimas. Foram ainda escrutinados os projetos e propostas políticas elaboradas pelos mutualistas e com base na experiência prática das mutualidades que estiveram na origem de um sistema de proteção social público e universal.

Não sendo possível datar com rigor as origens dos usos e costumes entre as comunidades silvo-pastoris nas zonas de montanha, é um facto que as mais antigas associações mutualistas

modernas – as mútuas de gado – derivam diretamente destes contextos, que segundo a tradição historiográfica recuam à Alta Idade Média. Os seus compromissos escritos inserem normas, tais como a divisão entre órgãos deliberativos e executivos, cargos eleitos, prestação de contas, mecanismos de inspeção, sanções, entre outros, que estavam já presentes nestas organizações, que asseguraram a sua resiliência ao longo de séculos.

Em contexto urbano, destacam-se também práticas de entreatajuda multi-seculares, neste caso no seio do movimento confraternal, ao qual se atribui a ascendência das primeiras associações de socorros mútuos. Muito embora as confrarias respondessem à necessidade de sufragar as almas para salvaguardar a sua eternidade, asseguravam também a entreatajuda em assuntos materiais, como a doença, a pobreza, o cativoiro, desastres, peregrinações, entre outros.

Se a análise institucional permitiu aferir fortes traços de continuidade entre as instituições pré-modernas e as contemporâneas, não deixou, contudo, de revelar processos de inovação que tornam o mutualismo uma experiência inédita e com fortes repercussões na evolução das sociedades modernas. São testemunhos

desta transição os códigos das academias científicas e sociedades de eruditos setecentistas, de inspiração iluminista, os regulamentos dos primeiros montepios fundados no seio das antigas confrarias e irmandades medievais, e, finalmente, os estatutos das associações de socorros mútuos fundadas ao longo do século XIX. A capacidade de adaptação e resiliência do modelo mutualista comprovou-se ainda nas diferentes ramificações do associativismo primordial, no qual preponderaram as práticas de reciprocidade, dando origem a novos modelos institucionais e movimentos sociais, como o cooperativismo, o associativismo de cultura e recreio ou o sindicalismo.

A mais significativa evolução institucional na origem do mutualismo foi o progressivo abandono de práticas de auxílio mútuo de natureza assistencialista que caracterizavam o movimento confraternal, em que as “escolas” dependiam da decisão casuística dos órgãos dirigentes e destinavam-se exclusivamente aos “irmãos que caíam na pobreza”. Estas práticas foram substituídas por um modelo de previdência social, em que os subsídios aos sócios eram considerados direitos inalienáveis e estavam devidamente regulamentados e tabelados.

Conforme aludido, a par das inovações institucionais que deram origem ao modelo mutualista, esta investigação debruçou-se sobre o papel das experiências associativas na emergência de um sistema público de previdência social. O mutualismo funcionou como um laboratório de diferentes soluções de previdência e assistência social, que inspiraram múltiplos diagnósticos oficiais e científicos ao longo da segunda metade de oitocentos. Os inquéritos e recomendações realizados por diferentes comissões, funcionários e estudiosos forneceram informações essenciais para a elaboração das primeiras iniciativas legais relativas ao fenómeno por parte de um Estado Moderno em construção.

As experiências mutualistas demonstraram também a capacidade revelada pelas instituições privadas sem fins lucrativos de gerirem riscos de diferentes naturezas, distinguindo-se pelos laços de solidariedade e proximidade desenvolvidos entre os seus membros. Destaca-se a implementação de um serviço de assistência médica de proximidade, que estando diretamente relacionado com a atribuição de subsídios na doença e invalidez, desenvolveu mecanismos e normas científicas na sua atribuição e fiscalização que se afastavam das práticas casuísticas das antigas obras de misericórdia. São também de destacar as soluções testadas para colmatar a maior dificuldade identificada, a assunção de subsídios permanentes (de viuvez, invalidez ou reforma), nomeadamente a da articulação deste serviço com a mutualização do capital comum, assegurando empréstimos aos sócios.

O crescente interesse e ingerência do Estado nesta esfera foi perçecionado

como uma oportunidade política para assegurar que as diligências públicas fossem ao encontro dos interesses e aspirações do movimento, nomeadamente através de medidas de fomento, como as isenções fiscais, entre outros benefícios legais. É neste contexto que se explica a inauguração de uma verdadeira Era dos Congressos associativos, em que se destacam, pelo seu pioneirismo e capacidade de mobilização, os mutualistas.

Em suma, poder-se-á argumentar, que desde cedo as experiências mutualistas demonstraram os profícuos resultados da mutualização dos riscos, o que está na base dos sistemas de proteção social contemporâneos,

mas também os riscos de insustentabilidade relacionados com a adesão livre e não universal, no que respeita a situações de incapacidade permanente – como a inabilidade ou a velhice. As dificuldades por que passaram e a reflexão e debate sobre esses mesmos riscos foram fundamentais para construir o conhecimento necessário à implementação de um sistema de segurança social moderno. Por outro lado, a experiência associativa, com base em laços de reciprocidade e proximidade e mecanismos de gestão coletiva, revelou como a participação efetiva e democrática dos beneficiários concorre para a responsabilização e inovação no seio das instituições.



UMP quer conectar Simplex Mutual com plataformas do Estado

A transição digital é um desígnio da sociedade moderna e o mutualismo não quer perder o comboio da evolução tecnológica a que os próprios organismos do Estado não estão indiferentes. Depois de no início de 2021 ter lançado a Aplicação Mutualista Integrada de Gestão de Associados (AMIGA) que se encontra já em funcionamento ou em fase de instalação em várias associações mutualistas, a União das Mutualidades Portuguesas (UMP) terminou 2021, com a implementação de uma nova plataforma informática que vem simplificar e desmaterializar o processo de prestação de informação oficial.

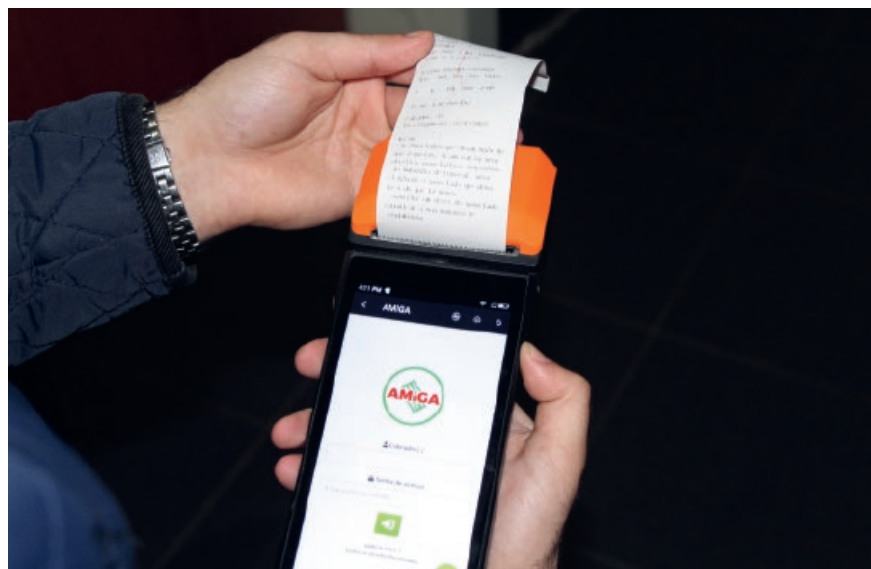
A ferramenta digital Simplex Mutual foi inteiramente desenvolvida pela UMP com o objetivo de permitir, de forma simples e intuitiva, carregar digitalmente informação de comunicação obrigatória – como as alterações estatutárias, tomadas de posse, programas de ação e orçamentos anuais, relatórios e contas anuais, e as respetivas atas de aprovação em Assembleia Geral – à Direção-Geral de Segurança Social, Orçamentos e Contas das IPSS (OCIP) e Instituto Nacional de Estatística.

A ferramenta foi apresentada num webinar que reuniu as mutualidades

filiadas, a quem foi distribuído um manual de utilização, e a UMP está, agora, apostada em conectá-la com o sistema Simplex Social do Estado, assunto que esteve em cima da mesa numa audiência com a Ministra da Modernização Administrativa e da Administração Pública, Alexandra Leitão.

Já a aplicação AMIGA, está a ser utilizada, com sucesso, e em fase de instalação em várias mutualidades, simplificando os processos de cobrança de quotas e a gestão administrativa dos associados. A versatilidade desta app, que funciona em PC e através de PDA com impressora incorporada, tem permitido a introdução regular de atualizações e a melhoria da experiência de utilização.

A AMIGA permite a gestão online e offline do processo de cobrança e gestão administrativa de dados dos associados, pagamentos, modalidades, impressão de recibos, mapas por faixa etária, género, movimento associativo, cobranças, etc, título de cobrança por período, exportação para excel, fecho de contas, gestão e impressão de documentos, como fichas de admissão, requerimentos, quotas, ofícios, folhas de caixa, entre outros.



Cinco anos do CIDACL e crescimentos que não cabem numa só mão

Quando há pouco mais de cinco anos abriu as portas, o Centro Infantil Dr. António da Costa Leal (CIDACL) recebeu 12 crianças. Um número em nada comparável com o das que, agora, chegam, todos os anos, de sorrisos nos lábios.

Situado na freguesia de Santa Clara, em Lisboa, o CIDACL é uma resposta social dirigida à primeira infância, que é gerida pela União das Mutualidades Portuguesas. Em 2021, a creche acolheu uma média de 70 crianças com idades compreendidas entre os 4 meses e os 3 anos. São seis vezes mais do que no ano de abertura do equipamento.

A acompanhar esta evolução - e o próprio crescimento das crianças que por lá passam -, está uma equipa de 15 pessoas, entre educadoras, ajudantes de ação educativa e auxiliares de serviços gerais, mais 12 que no começo, em que a equipa era composta apenas por três pessoas, de entre as quais, a atual diretora técnica, Sara Ferreira.

Nesta mão cheia de anos, passaram pelo edifício do CIDACL, que é uma referência na arquitetura de espaços

infantis, e pelos jardins que o envolvem, cerca de 250 petizes, que puderam desenvolver-se e aprender.

A pandemia forçou confinamentos, impediu as crianças de brincar nos 2.520 metros quadrados que formam o espaço, mas, nem por isso, cortou os laços e os contactos ou interrompeu o seu progresso. O projeto educativo não ficou suspenso. Foram propostas várias atividades pedagógicas à distância, dinamizadas pela equipa técnica do centro infantil para, não só ocupar o tempo livre dos mais novos, como manter as rotinas e o seu desenvolvimento em pleno.

O projeto educativo “Crescer com Afetos e Emoções!” faz do CIDACL uma referência na comunidade e foi pensado para ajudar as crianças a desenvolverem as suas competências afetivas e aprenderem a gerir as suas emoções, além de dar a conhecer às famílias a importância que os afetos e emoções têm para o seu crescimento e desenvolvimento enquanto seres individuais. Um projeto educativo que abre as portas à descoberta do mundo, ao desenvolvimento da personalidade, à integração, que envolve as famílias e cria momentos de felicidade.



“Perante os dramáticos níveis de desigualdade, será imprescindível fortalecer a economia social”

Andrés Román

Presidente da União Mundial das Mutualidades

“É necessário incluir o ensino do mutualismo nos contextos educativos”

A pandemia Covid-19 atravessou continentes e afetou os planos de desenvolvimento da União Mundial das Mutualidades (UMM) que a União das Mutualidades Portuguesas (UMP) integra enquanto Vice-Presidente do seu Comité Intercontinental.

Os constrangimentos nas viagens e nos contactos internacionais dificultaram a estratégia de expansão da UMM nos cinco continentes e de reconhecimento pelas organizações internacionais.

Essas dificuldades têm vindo a ser reconhecidas por Andrés Román, que sucedeu, em 2021, a Alfredo Sigliano (faleceu em março) na liderança da UMM, e que não deixa de transparecer otimismo relativamente ao futuro.

Assim como o seu antecessor, Andrés Román acredita que os “dramáticos níveis de desigualdade, pobreza e exclusão” atribuirão um papel central à economia social. Em entrevista à MUT, desde Buenos Aires, Argentina, confessou que continuar a obra de um líder com o estatuto de Alfredo Sigliano representa “um desafio pessoal e institucional muito exigente”, a que acresce o objetivo de “constituir, promover e desenvolver uma organização representativa do mutualismo em todo o mundo”.

Assumir o cargo numa conjuntura complexa como a que vivemos “tornou o desafio ainda maior”, na medida em que a pandemia alterou profundamente a vida das populações e das comunidades, exigindo das insti-

tuições ações e respostas complexas e inovadoras.

Quais foram as maiores dificuldades que enfrentou desde que assumiu este cargo?

As principais dificuldades residem na concretização de ações que ajudem a consolidar a UMM, que está a dar os primeiros passos, submersa numa pandemia que paralisou o mundo, alterou estruturas, hábitos e procedimentos, e transformou a realidade de uma forma repentina. Esperamos ultrapassar, em breve, a crise e adaptarmo-nos ao “novo normal”.

De que forma a ação da UMM tem sido afetada pela pandemia?

Fundamentalmente, foram suspensas as atividades previstas pelo Comité Intercontinental, destinadas a promover o desenvolvimento da UMM, especialmente na integração de associações mutualistas de todos os continentes e na promoção de vínculos com organizações internacionais.



Que balanço faz destes primeiros meses como presidente da UMM?

Embora, a situação pandémica tenha prejudicado os nossos objetivos imediatos, o balanço é muito positivo, fundamentalmente por confirmar o empenho das entidades, seus dirigentes e de cada uma das pessoas que integram a UMM. Estou convencido de que a tarefa que nos espera dará muitos frutos.

A cooperação é um fator muito importante no contexto da economia social e particularmente do movimento mutualista. Há ainda um longo caminho a percorrer? Que caminho para “ligar” diferentes realidades e modelos de mutualismo à escala global?

Sem dúvida, é necessário um maior grau de integração de associações mutualistas, e uma proposta clara, assegu-

rando que o Mutualismo desempenha um papel central nas políticas que visam responder às necessidades das pessoas, principalmente das mais vulneráveis, contribuindo para atingir um patamar mínimo de proteção social, na busca por níveis mais elevados de inclusão e igualdade de oportunidades.

Um dos objetivos do movimento mutualista é o rejuvenescimento dos seus quadros dirigentes e dos seus associados. Que recomendação deixa nesse sentido?

A incorporação de jovens nas diferentes áreas do mutualismo é uma necessidade efetiva do Movimento Mutualista e, nesse contexto, é necessário incluir o ensino do mutualismo nos contextos educativos, de forma a disseminar uma cultura e consciência mutualistas, e, assim dar maior visibilidade ao modelo e promover padrões mais elevados de solidariedade e cidadania.

Alfredo Sigliano dizia que o sentido de solidariedade que o sistema mutualista tem vindo a promover se irá fortalecer e que o mundo vai perceber o valor da economia social”. Acredita que essa previsão se tornará realidade?

Perante os dramáticos níveis de desigualdade, pobreza e exclusão evidentes em determinados setores da população mundial, será imprescindível fortalecer a economia social e proporcionar uma maior participação das figuras deste setor na reconstrução do tecido social.

Quais são os planos para o futuro?

Intensificar as ações que permitam a integração de mais associações de todos os continentes, fortalecer o Movimento Mutualista no mundo e procurar uma melhor qualidade de vida para as pessoas.

AMUT’IESIM: um ninho de empreendedorismo e inovação social

Texto: Maria Lencastre *
Fotos: AMUT

Prevê-se que em 2050 quase metade da população nacional tenha mais de 60 anos. Foi a acompanhar esta tendência e para dar resposta aos atuais desafios relacionados com a população idosa, adultos dependentes e seus cuidadores, que surgiu a AMUT’IESIM – Incubadora de Empreendedorismo Social da Idade Maior. Para além dos serviços habituais de acompanhamento/mentoria de projetos e espaço de coworking, dinamizou-se um Concurso de Ideias@Maiores, aberto à população geral, que incentivava a geração de novas soluções, e realizaram-se ações de capacitação, com foco no empreendedorismo, inovação social e colaboração.

Foram vários os projetos incubados, unidos por um propósito semelhante, mas, ao mesmo tempo, muito di-

versos. De referir a recém criada ADIS - Associação Desportiva de Inclusão Social, que dinamiza desportos adaptados como o Baseball 5 e Flag Football, com forte potencial inclusivo, experiências turísticas em que se partilham os saberes dos Maiores, como acontece com a iniciativa dinamizada pelo Grupo Etnográfico de Valbom, feiras de saberes e trocas intergeracionais, a criação duma escola profissional certificada e dum centro de estudos e acompanhamento familiar intergeracional destinados a jovens e adultos portadores de deficiência, uma cooperativa para ações de bem-estar, reencontro individual, grupal e familiar, um serviço de apoio domiciliário e o projeto que ganhou o primeiro prémio do Concurso Ideias@Maiores: All in North: Portugal Inclusive Experiences, uma agência de viagens para portadores de deficiência.

**“A incubadora
contribui para
solidificar a marca
de inovação e
criatividade que a
AMUT tem vindo
a construir nos
últimos anos”**

Na sua maioria, estes empreendedores continuarão a beneficiar dos serviços da incubadora, pois percebe-se que o ritmo para ideação, testagem através de piloto e consolidação é maior do que os 9 meses inicialmente previstos.

Já os participantes das ações de capacitação ressalvam as aprendizagens de competências mais técnicas, oportunidades de partilha, conhecimento de novas pessoas e a inspiração mobilizadora.

Todas estas dinâmicas, bem como a colaboração da AMUT’IESIM na organização dos seminários internacionais Gondomar a Inovar, nas suas edições de 2019 e 2021, que implicou a participação da equipa técnica da AMUT, contribuíram para que os seus recursos humanos tivessem contacto com

novas realidades e modelos de solução para os problemas sociais. Assim sendo, decidiu dar-se continuidade à atividade da incubadora, mesmo após o período de financiamento, pois reconhece-se o seu valor, logo à partida, como forma de ampliar o propósito da AMUT de nutrir a saúde e felicidade do ser humano, solidariamente, gerando mais impacto positivo. Por outro lado, o dinamismo da incubadora acaba por verter internamente para a própria organização, quer por contágio de práticas quer por poder trazer novos projetos para o seu interior. Por último, a AMUT’IESIM contribui para solidificar a marca de inovação e criatividade que a AMUT tem vindo a construir nos últimos anos: esta ideia de uma organização aberta, flexível, que não tem medo de experimentar e ensaiar o futuro.

(*) Coordenadora do Gabinete de Inovação e Projetos da AMUT



A Mutualidade de Santa Maria associa-se a ONGD em projeto de cooperação para o desenvolvimento

A cooperação para o desenvolvimento é também uma matriz do movimento mutualista. A Mutualidade de Santa Maria – Associação Mutualista (AMSM) tem dedicado particular atenção a essa dimensão da sua atuação estabelecendo laços com ONGD (Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento).

Além do trabalho contínuo no sentido de providenciar benefícios para os seus associados, procura fazer refletir na sua ação os princípios da solidariedade e parceria para ajudar a desenvolver territórios e populações, seja dentro do país ou transpondo fronteiras.

É essencialmente para o continente africano - além do concelho de Ovar - que a associação tem olhado quando procura ultrapassar as barreiras territoriais e deixar de se cingir ao pequeno “jardim da Europa, à beira mar plantado”.

Depois de dar as mãos à Be Alive, apoiando a missão médico-cirúrgica desta associação que promove uma melhoria dos cuidados de saúde das populações mais carenciadas de países subdesenvolvidos, firmou um protocolo com a ONGD Na Rota dos Povos, cujos princípios, sublinha

o Presidente do Conselho de Administração, Luís Alberto Silva, “se aproximam dos valores mutualistas e áreas de intervenção da própria AMSM”.

Este acordo, que o Presidente da organização, Tito Baião, espera não ficar “apenas pelo papel”, traduz-se num apoio mútuo entre ambas, com “experiência” e “sensibilização” transportado para um lado, e donativos vitais para o desenvolvimento e sobrevivência de muitos para o outro.

“As mutualidades têm de facto uma dimensão que para nós é incomparável relativamente à nossa pequenez e têm a capacidade de envolver quase

o país todo e até internacionalmente, e nós, naquela região [Catió] - que é uma região muito, muito pobre, talvez das mais pobres da Guiné -, temos muito a fazer”, nota o Presidente da Na Rota dos Povos, recordando a “situação calamitosa” no âmbito da saúde. Por isso, é importante estender a mão a outras ONGs, mesmo sendo, a própria associação, considerada uma organização sem fins lucrativos.

E, no âmbito desta cooperação, a AMSM dinamizou uma campanha de angariação de material escolar, cujo resultado encaminhou para aquela ONGD que, por sua vez, o fez chegar pelos seus canais próprios a Catió.



Consignação do IRS financia bolsas de estudo mutualistas

A Beneficência Familiar do Porto dinamiza, anualmente, programa de bolsas de estudo que resultam das verbas angariadas através da consignação do IRS

A Beneficência Familiar – Associação Mutualista do Porto é uma das mais de 4.000 instituições de cariz social que em 2021 se candidataram às verbas da consignação do IRS. E fê-lo com um objetivo concreto: financiar o seu programa de bolsas de estudo mutualistas dirigido aos estudantes que ingressam pela primeira vez no ensino superior. Em 2021, cinco jovens, de entre os muitos que se candidataram, receberam um apoio de mil euros.

O caminho em direção ao rejuvenescimento do Movimento Mutualista é longo, mas A Beneficência Familiar tem procurado, através desta e outras iniciativas, dar passos firmes e concretos para o encurtar. O seu programa de bolsas de estudo mutualistas, que dinamiza anualmente, é um instrumento para chegar ao público mais jovem e, simultaneamente, retirar algum peso às famílias dos estudantes que iniciam o seu percurso na universidade.

A instituição aloca os valores angariados através da consignação do IRS a esta iniciativa que, em muitos casos, constitui uma oportunidade para aquelas famílias com mais dificuldades de proporcionar aos filhos



uma aposta na formação superior, tão importante para trazer mais inovação, criatividade e conhecimento a um mundo cada vez mais exigente e competitivo.

Para se puderem candidatar à bolsa de estudo mutualista d'A Beneficência Familiar os jovens têm de ser associados há pelo menos um ano. Entregam a ficha ENES - um documento comprovativo da titularidade do curso no ensino secundário, que inclui também a respetiva classificação -, obrigatória para a candidatura, a instituição faz a avaliação das candidaturas e seleciona os cinco estudantes com melhores resultados escolares.

“Julgamos que tem havido uma adesão interessante. O número de candidaturas tem vindo a crescer e se pudermos fazer alguma coisa de útil pelos mais jovens, que seja também esta uma forma”, realçou Carlos Jorge Silva, na cerimónia de entrega das bolsas, realizada no Arquivo Distrital do Porto, que contou com a presença, entre outros, dos jovens contemplados e seus familiares, e do Presidente do Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas, Luís Alberto Silva, que felicitou A Beneficência Familiar por “dar um exemplo do que deve ser o caminho a percorrer pelas Associações Mutualistas para atrair jovens”.

Casa Moura: um ano a acolher menores refugiados na Covilhã

Texto: Sandra Invêncio
Fotos: Mutualista Covilhanense

*Centro de Acolhimento Especializado
foi criado em dezembro de 2020. Já
recebeu 25 jovens oriundos de campos
de refugiados, onde chegaram sozinhos,
de nove nacionalidades diferentes*

Gabriel (nome fictício), agora com 18 anos, tem a cruz de Cristo tatuada na parte interior do pulso, uma prática ancestral dos cristãos no Egito. É “cristão copto”, o que literalmente significa “cristão egípcio”. Num país onde mais de 80 % da população é muçulmana, os “coptos” constituem uma minoria étnico-religiosa que tem sido perseguida e até chacinada, pertençam à Igreja Católica Copta ou à Igreja Ortodoxa Copta. Gabriel, católico, deixou tudo para trás em 2019, o país e a família, rumo à Grécia, à procura de um país onde pudesse professar livremente a sua fé.

Após um ano e dois meses na dura realidade do campo de refugiados de Vial (Chios), chegou a Portugal a 15 de dezembro do ano passado, juntamente com outros menores de



idade na mesma situação, os primeiros inquilinos da Casa Moura, a Casa de Acolhimento Especializada (CAE) que a Mutualista Covilhanense tem a funcionar desde então na cidade da Covilhã, vocacionada para receber Crianças e Jovens Estrangeiros Não Acompanhados (CJNA), ou seja, que chegam à Europa sem os pais ou adultos que por eles sejam responsáveis – ao abrigo de um compromisso assumido pela Estado português perante a União Europeia.

A CAE da Mutualista Covilhanense, que recebeu até agora 25 jovens, entre os 16 e os 18 anos, é uma das cinco do género criadas no país para o efeito, juntamente com as de Lisboa, Cascais, Braga e Nazaré, todas geridas por instituições do Terceiro Setor, sendo a da Covilhã a única mutualidade.

“Estar aqui é uma grande oportunidade”

No grupo de Gabriel veio Omar (também nome fictício). Omar, igualmente com 18 anos agora, muçulmano e originário do Paquistão, tem uma história que faz lembrar a emigração portuguesa dos anos 60/70: foi a pobreza extrema que o levou a sair do país, à procura de uma vida melhor.

Omar conta, num português bastante fluído para quem está em Portugal há apenas um ano, que tudo começou com a morte da mãe. O pai voltou a casar e a partir daí surgiram conflitos familiares, com a sua situação financeira a agravar-se, assim como a das três irmãs mais novas, atualmente com os avós. Conseguiu

chegar à Grécia através de contrabandistas, por terra, a quem depois não pôde pagar por não ter dinheiro, o que levou até as autoridades gregas a colocarem-no sob custódia de proteção num centro fechado. “Voltar ao Paquistão? Não, só para visitar”, afirma Omar.

Hoje, Omar trabalha, é ajudante de cozinha, e todos os meses envia dinheiro às irmãs. “Para todos nós, estar aqui nesta Casa e nesta cidade é uma grande oportunidade”, salienta Omar, em tom de gratidão, referindo-se aos restantes inquilinos da Casa. Diz que está “preparado” para sair da Casa Moura e ganhar autonomia total. Quer continuar a estudar (fez praticamente 12 anos de estudos no Paquistão) e ao mesmo tempo trabalhar para continuar a ajudar as irmãs.

“E talvez um dia ser polícia”, acrescenta, entre sorrisos. Já Gabriel, divide os seus dias entre a Covilhã e o Fundão, onde frequenta o curso de Técnico de Cozinha / Pastelaria na Escola Profissional.

Às histórias de vida de Gabriel e Omar juntam-me mais 23, todas muito particulares. Cada jovem traz consigo uma bagagem interior muito sua, sempre distinta das demais. Há quem tenha feito quilómetros enfiado na bagageira de um carro, quem tenha temido pela vida na travessia do Mediterrâneo num barco sobreloadado e quem tenha chegado exausto à Europa depois de dias e dias a fio a caminhar. Há relatos de exploração, de rapto, de extorsão e de violência, sobretudo física. Uns fogem da guerra e do terrorismo, outros da perse-

guição política ou religiosa, da ameaça de morte, da pobreza, do trabalho infantil... Há até quem, na sua ainda curta vida, tenha sido já sem-abrigo. Vêm da Síria, do Bangladesh, do Paquistão, do Iraque, do Egipto, da Somália, da Palestina, do Afeganistão e da Argélia.

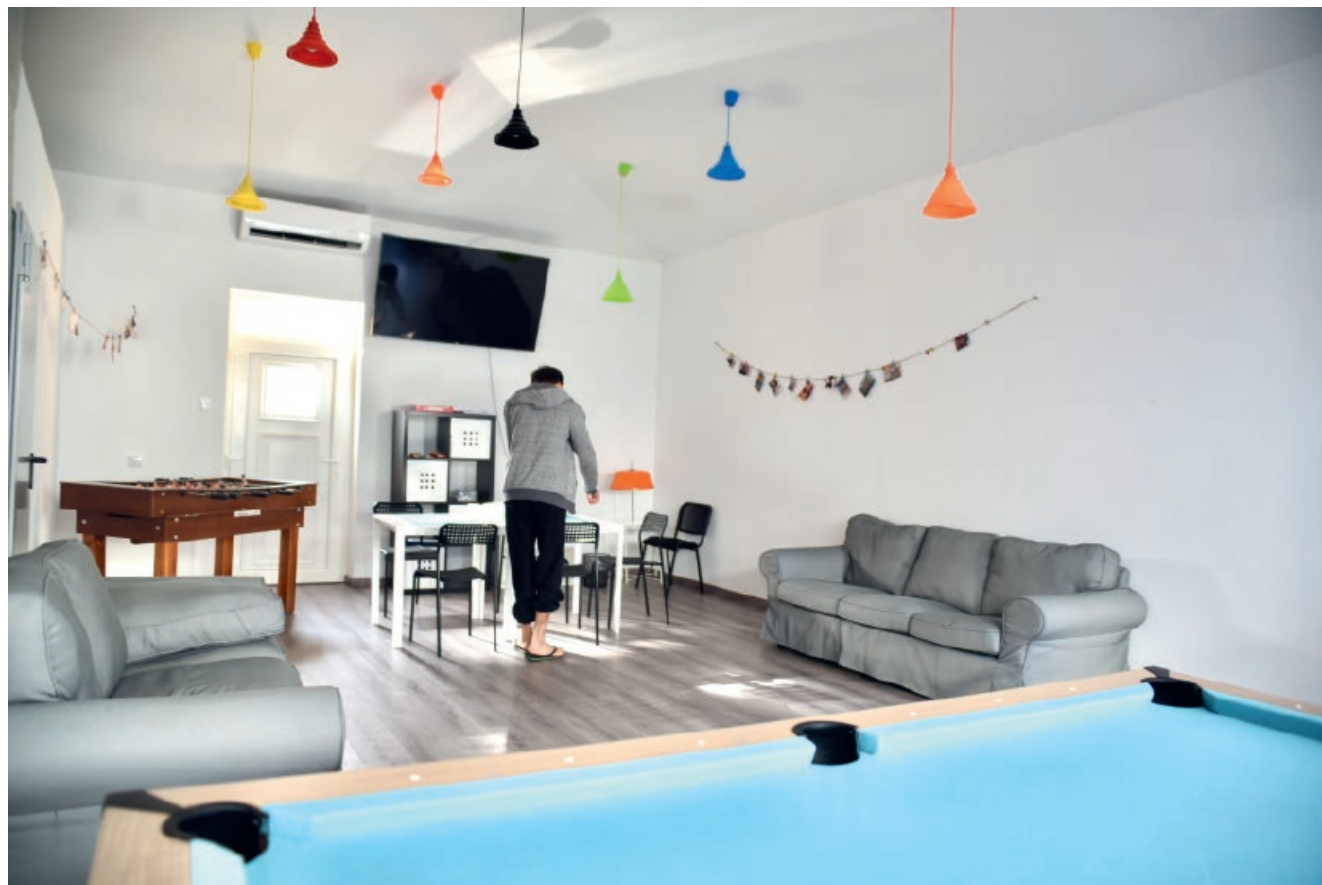
Os desafios da integração e autonomização

A missão da Mutualista Covilhanense “passa por acolher estes jovens, tendo em conta a especificidade de cada um e o seu percurso de vida, assim como as diferenças culturais, com recurso a uma equipa especializada, e depois promover a sua integração e

autonomização”, explica Nelson Silva, presidente da Direção da Associação, ao elucidar que “para cada um deles existe um projeto de vida”.

Para cumprir esta missão, a Mutualista Covilhanense conta com recursos humanos altamente qualificados, mais de 20 profissionais, entre os quais psicólogos, tradutores, educadores, entre outros, que formam as equipas técnica, educativa e de apoio.

O acolhimento é feito num edifício que a associação mutualista recuperou em 2020 no centro da Covilhã, sua propriedade, com três pisos, que inicialmente se destinava a fins turísticos, cujo projeto não avançou justamente para dar lugar à Casa de Acolhimento Especializada. “Esta é uma



causa nobre e, por isso, a Mutualista Covilhanense decidiu na primeira hora recuar com o projeto turístico e aceitar o convite que lhe foi endereçado pelo Alto Comissariado para as Migrações e pela Direção-Geral da Segurança Social para atuar na área da ajuda humanitária”, refere Nelson Silva. O edifício, estreado pelos jovens, tem sete dormitórios, uma cozinha, três copas, sala de convívio, sala de jogos, ginásio, sala de informática, gabinetes técnicos e espaços exteriores.

Na Casa Moura, o acolhimento e acompanhamento é personalizado. Cada jovem tem um educador social. Todos têm aulas de português, frequentam as escolas da cidade e envolvem-se nas tarefas da Casa, como

a limpeza dos quartos, lavar e passar as suas roupas ou cozinhar. Além disso, participam nas atividades lúdicas e outras desenvolvidas pelas equipas, dentro e fora de portas, de acordo com um plano de atividades semanal.

Depois, com o tempo, chegados à idade adulta, vem a inserção no mercado de trabalho e a autonomização. Para facilitar este processo, “a Mutualista Covilhanense tem vindo a desenvolver um projeto com vista à criação de uma nova resposta social, paralela à Casa Moura e, simultaneamente, também complementar”, adianta Nelson Silva, ao precisar que se trata da “criação de apartamentos de autonomização localizados no centro da cidade, a partir de imóveis que a

associação possui”. O presidente da Mutualista Covilhanense revela que o primeiro, um T3, “já tem luz verde da Direção-Geral da Segurança Social para entrar em funcionamento, o que deverá acontecer no início de 2022”, para onde se deverão mudar três dos jovens da Casa Moura.

Em jeito de balanço deste primeiro ano de atividade da Casa de Acolhimento Especializada, Nelson Silva fala num projeto que “tem sido tão desafiante quanto enriquecedor”. “Com este nosso contributo no campo da ajuda humanitária e de emergência, estamos a ajudar a mudar vidas e isso é muito gratificante para todos nós, para todas as nossas equipas que muito se têm dedicado à causa”, acrescenta.

“A Liga irá muito em breve estudar as possíveis formas de adesão de outras Associações Mutualistas”

A Clínica da Liga do Porto disponibiliza cerca de 30 especialidades médicas, 53 médicos, seis fisioterapeutas, 55 colaboradores.

A Liga das Associações Mutualistas do Porto é uma Federação Mutualista que congrega oito associações fundadoras e quatro aderentes e centra a sua atividade na prestação de cuidados de saúde e assistência medicamentosa aos associados das 12 instituições. Carla Magalhães, Presidente do Conselho de Administração, considera que o crescimento da Liga está em cima da mesa e que “muito em breve” serão estudadas as possíveis formas de adesão de outras Associações Mutualistas, de forma a aumentar o universo de utentes da sua Clínica e da Farmácia. Apesar do impacto da pandemia no setor da saúde, a Clínica da Liga conseguiu aumentar o número de consultas

efetuadas nos últimos sete meses de 2020 e fechou o ano com 46 mil atos médicos realizados.

Nos planos da administração da Liga do Porto, fazem parte a otimização das instalações do novo edifício, a contratação de mais profissionais de saúde e o investimento em novos equipamentos.

A solidariedade e reciprocidade são princípios e valores do mutualismo que estão bem vinculados na génese da Liga no início do século XX e que têm perdurado ao longo do tempo. Tem sido um percurso de sucesso e com um resultado superior à soma das partes?

O percurso da Liga do Porto foi desde o seu início marcado por uma colaboração estreita e articulada entre as suas associações fundadoras, com a missão conjunta de proporcionar aos nossos Associados e famílias mais e melhores condições de acesso à prestação de serviços de saúde, ação social, assistência medicamentosa, entre outros. Este Conse-

lho de Administração, em particular, promove e valoriza a participação de todas as associadas fundadoras não só na definição dos objetivos gerais e específicos de ação, no planeamento da gestão, como também na elaboração das estratégias concretas para os atingir. Não me parece que a simples soma das partes constitua valor acrescentado em nenhum tipo de organização e acredito na comunhão dos valores do mutualismo, transparência e democraticidade da participação de todos.

Numa conjuntura em que se fala tanto no trabalho em rede, a Liga é um bom exemplo no seio do Movimento Mutualista. De que forma funciona esse trabalho e quais têm sido as mais-valias desse processo para as associações que constituem a Liga e para os respetivos associados?

Até julho de 2020, a Liga das Associações Mutualistas do Porto teve como modelo de organização o sistema de funcionamento “típico”, constituído pela Assembleia Geral de Associadas, Direção e Conselho Fiscal.

A partir dessa altura, por imposição legal, nomeadamente pelo estipulado no Código das Associações Mutualistas, e por determinação dos nossos Estatutos, a estrutura da Liga passa a desenhar-se apenas com um órgão colegial, o Conselho de Administração, que delega determinadas funções ou competências - direcionadas à gestão quotidiana da Instituição - à Comissão Executiva. A Comissão Fiscalizadora, por sua vez, avalia todas as atividades económicas e financeiras da organização.

Ora, no modelo anterior, as associadas reuniam em Assembleia Geral duas ou três vezes por ano, ao passo que, atualmente, o Conselho de Administração da Liga – constituído pelos representantes das oito Associações fundadoras - reúne de forma bimensal e/ou sempre que necessário. Para essas sessões são normalmente convidados os elementos da Comissão Executiva, que têm a seu cargo a gestão quotidiana da Instituição e que informam este órgão acerca de todas as matérias relativas à administração prática da mesma e/ou outras questões que entendam reportar.

A presença dos elementos da Comissão Fiscalizadora é pontualmente solicitada, no sentido de se manifestarem sobre potenciais ações ou estratégias financeiras a corrigir ou a adotar. Concluindo, tornou-se mais frequente e mais cabalmente informada a discussão, a análise e a tomada de decisões. O circuito de comunicação da informação transformou-se, renovou-se e, na minha opinião, melhorou consideravelmente. Os vários administradores transmitem o conteúdo das sessões do Conselho de Administração às suas



Sede da Liga do Porto

representadas que, por sua vez, divulgam as diferentes atividades da Liga a cada uma das suas comunidades associativas. Realço o trabalho desenvolvido pela Comissão Executiva, constituída pelo Sr. Sérgio Meira, Dr. Carlos Jorge Silva e Sr. Valentim Pereira, pessoas há muitos anos ligadas ao Mutualismo e elementos fundamentais no processo de reestruturação das políticas, dinâmicas e do próprio funcionamento da Instituição. O Conselho de Administração, nos termos dos Estatutos em vigor, delegou um conjunto de competên-

cias à Comissão Executiva, nomeadamente, a definição da estrutura, organização e funcionamento dos serviços da Liga, a gestão dos recursos humanos, patrimoniais e financeiros, a elaboração dos Programas de Ação e Orçamento, dos Relatórios e Contas, a celebração de protocolos e acordos de cooperação com outras Entidades, entre outras. Acrescento que esta Comissão Executiva tem desempenhado exemplarmente as suas funções, tendo eu, pessoalmente, e o Conselho de Administração total confiança nos seus elementos.

Ainda existe interesse e condições para outras associações mutualistas aderirem à Liga?

Claro que sim. O crescimento da Liga, enquanto Federação Mutualista, é um fator a tomar em conta. O Conselho de Administração, em conjunto com a Comissão Executiva, irá muito em breve estudar as possíveis formas de adesão de outras Associações Mutualistas, de forma a conseguirmos alargar o âmbito da nossa intervenção e proporcionar os serviços de que dispomos a um maior número de pessoas/associados. O processo de admissão de Associações Mutualistas está previsto nos Estatutos da nossa Federação, aprovados em julho de 2020.

A Saúde foi dos setores em que mais se fizeram sentir os efeitos da pandemia. No caso concreto da Liga, quais foram os grandes impactos e que desafios deixou para o futuro?

O ano de 2021 ficou marcado pelas limitações provocadas pela pandemia, com a consequente redução da capacidade de atendimento nas instalações da Clínica. O espaçamento dos episódios de consulta, para limpeza e desinfecção dos espaços e para evitar aglomerados de utentes, obrigou a uma redução do número de atos médicos, nomeadamente dos tratamentos de Fisioterapia. Somente a partir de outubro de 2021, foi possível retomar a capacidade total de tratamento na nossa clínica fisiátrica, verificando-se até um crescimento sustentado da procura de consultas das diversas especialidades – em algumas a procura tem inclusivamente excedido a oferta disponibilizada. A Medicina Dentária, por exemplo,



sendo uma das áreas de maior risco inerente à crise pandémica, obrigou à adoção de fortes medidas de proteção para os colaboradores e utentes, de forma a garantir a qualidade e segurança de todos os tratamentos. Apesar de todos os constrangimentos, foi possível atingir o crescimento na área de implantologia e cirurgia oral, criar uma nova oferta na área da Ortodontia, com a introdução

dos aparelhos invisíveis, realizou-se o primeiro curso de formação de medicina dentária/cirurgia para médicos dentistas, verificando-se um crescimento da rentabilidade desta área de atuação. Tendo em conta o momento de incerteza e de algum ceticismo que decorre da pandemia, o grande desafio será continuar este percurso de crescimento sustentado, em todos os setores da Clínica.

A Clínica da Liga do Porto desenvolve um papel importantíssimo na prestação de cuidados de saúde no Porto e na região. É uma resposta que a pandemia e as maiores dificuldades de acesso dos portugueses aos cuidados de saúde tornaram ainda mais fundamental?

Os anos de 2020 e 2021 representaram um novo e inesperado obstáculo à instituição. Mau grado esse facto, ficou bem vincada a capacidade de resiliência e resposta da Liga a situações adversas e totalmente imprevisíveis, como foi o caso da pandemia por COVID-19.

Num ano que ficou claramente marcado pela crise pandémica que se vive no País e no mundo, importa destacar a forma como a Liga conseguiu reagir face a uma situação complexa, respondendo às necessidades dos seus utentes.

A Clínica conseguiu, até, aumentar o número de consultas efetuadas pelos seus médicos nos últimos sete meses de 2020, por relação ao ano anterior e, em muitos casos, substituiu o Serviço Nacional de Saúde. Em 2020, os atos

Otimizar as instalações do novo edifício, com a contratação de mais profissionais de saúde e investir em novos equipamentos e renovação dos existentes são alguns dos planos da instituição

médicos praticados foram cerca de 46 mil. Observa-se, também, que cerca de 30% do número total dos utentes que vêm a uma primeira consulta voltam à nossa Clínica, o que é muito positivo.

Com o objetivo de corresponder às expectativas dos nossos associados, desde o último trimestre de 2020 realizam-se, na nossa Clínica, testes serológicos e antigénio à Covid-19, devidamente certificados pelo Infarmed, e regista-se uma forte procura, com algumas oscilações sazonais evidentes, por parte da população.

A Clínica da Liga do Porto disponibiliza cerca de 30 especialidades médicas, 53 médicos, seis fisioterapeutas, 55 colaboradores – rececionistas, telefonistas, trabalhadores de serviços gerais, porteiros, entre outros. A estrutura técnica e humana da Liga está, e estará no futuro, apta a continuar a prestar os seus serviços de saúde com a qualidade excecional que a caracteriza.

Parece-me que a Clínica da Liga já colabora de forma notória na vida e na busca de soluções para os problemas sociais e de saúde dos nossos associados e da cidade do Porto.

Quais são os grandes objetivos e desafios que a Clínica da Liga projeta para os próximos tempos?

Em primeiro lugar, garantir a estabilidade económico-financeira da instituição, continuando o percurso de rigor e gestão de recursos até agora conseguido. Pretendemos otimizar as instalações do novo edifício e os recursos existentes, com a contratação de mais profissionais de saúde,

de diferentes especialidades, o que permitirá a realização de mais consultas e atos médicos. Planeamos investir, de forma sustentada, em novos equipamentos e na renovação daqueles já existentes. Continuar a apostar na formação dos nossos profissionais. Os nossos recursos humanos são uma das grandes mais-valias da nossa instituição, e só com o empenho e disponibilidade demonstrados pelos nossos funcionários, colaboradores, médicos residentes e médicos em regime de prestação de serviços é que é possível continuar a prestar um serviço de excelência. O empenho e a motivação dos nossos trabalhadores são um motivo de orgulho e um incentivo para que a Liga continue a procurar retirar o melhor das suas capacidades, no serviço que prestam aos nossos utentes.

A Farmácia é uma outra resposta importante que a Liga proporciona. Para quando se perspetiva a transferência das instalações provisórias para o edifício da Liga?

A transferência da nossa Farmácia para o edifício-sede será fundamental para o crescimento do nosso volume de negócios e para continuação da fidelização dos nossos utentes.

A atividade da farmácia é um dos pilares da nossa instituição e, nesse sentido, continuaremos a potenciar ao máximo a sua atividade, sem nunca prejudicar a qualidade do serviço prestado aos nossos utentes.

Neste momento, o processo continua em fase de avaliação da parte do Infarmed. Aguardamos resposta a qualquer momento.

Nova sede impulsiona ciclo de crescimento

A Associação de Socorros Mútuos Restauradora de Avintes está a inverter a tendência de decréscimo de associados, reforçando o seu posicionamento junto da comunidade e a aposta na prestação de mais e melhores cuidados de saúde aos seus cerca de 11.500 associados.

Ao investimento de 700 mil euros realizado na construção da sede, a primeira de sua propriedade em 128 anos de existência, correspondeu à abertura de novas especialidades. O espaço para a instalação de uma farmácia social está reservado no rés-do-chão do edifício. Vazio, aguarda o desenlace do intrincado processo de licenciamento.

António Sousa, Presidente do Conselho de Administração da Associação, assegura que o futuro continuará marcado pelo investimento. Em perspetiva, está a ampliação da área clínica para um terreno contíguo, onde se perspetiva, também, a criação de uma resposta social, ainda não definida.

A ASM Restauradora de Avintes teve um papel histórico importante na regeneração do Movimento Mutualista em Avintes no final do século XIX e no século XX, tendo acabado por in-



tegrar no seu seio outras associações mutualistas. Depois de uma fase de menor pujança, ressurgiu nos últimos anos, investindo e modernizando-se. Que reflexo tem tido essa aposta da instituição junto dos seus associados?

Nota-se um reporte muito positivo, por parte dos associados. As novas instalações modificaram a imagem da associação e criaram uma nova dinâmica que foi potenciada com o aumento da oferta clínica.

Com esta nova realidade, a Associação tem conseguido inverter a tendência da redução do número de associados?

Depois de um período, longo, em que se constava um decréscimo contínuo de associados, com a abertura das novas instalações nota-se uma estabilização e mesmo um aumento, ainda que ligeiro, no número de associados. Acreditamos que essa tendência se irá manter.

A construção da sede - a primeira casa própria da Associação - foi o ponto de partida para uma nova fase no percurso da instituição? E a Restauradora de Avintes realizou um investimento significativo exclusivamente com fundos próprios, sem financiamentos bancários ou de natureza pública...

Poderemos dizer, com segurança, que foi a alteração da dinâmica da gestão da Associação, a partir de 2010. Essa alteração derivou da eleição de Órgãos Sociais constituído por pessoas mais novas e com uma visão diferente. A construção das novas instalações é o corolário lógico dessa dinâmica.

A Associação investiu cerca de 700 mil euros nesse desiderato. A primeira parte na aquisição do terreno e do imóvel onde tinha a sua sede em regime de aluguer. A segunda na construção das novas instalações. O custo foi suportado exclusivamente pelos fundos próprios da Associação. No entanto é justo referir que tivemos o apoio da Câmara Municipal de Vila de Nova de Gaia, que fez os projetos, as demolições, o desaterro e a construção dos muros de delimitação. Está ainda pendente a construção dum arruamento que será igualmente suportado pela edilidade.

A prestação de cuidados de saúde tem sido a vai continuar a ser o principal foco da atividade da Associação. Além das condições físicas que consegue disponibilizar nas suas novas instalações, tem havido uma aposta significativa em alargar o leque de especialidades médicas a oferecer aos seus associados?

“Investimento de 700 mil euros foi suportado exclusivamente por fundos próprios”

Uma das apostas que, acreditamos, mudou o sentido descendente do número de associados, foi o aumento do número semanal de consultas de Medicina Geral e Familiar, garantida pela contratação de mais três médicos. A isso acrescem as especialidades médicas, que não existiam e foram disponibilizadas. Foi ainda disponibilizado o serviço de médico ao domicílio, englobado num protocolo com a Liga das Associações Mutualistas do Porto.

Essa é uma aposta que continua nos horizontes?

Esse é um objetivo que continua a nortear o mandato do atual Conselho de Administração. O edifício que foi construído destina-se a albergar os serviços sociais e administrativos e uma farmácia social. Na situação atual foi adaptado para funcionarem os serviços clínicos e de enfermagem, mas apenas numa situação transitória. Iniciamos já os trâmites para a construção, no terreno contíguo, de uma clínica para o funcionamento dos serviços inerentes à valência médica da Associação, cuja construção esperamos iniciar ainda no mandato dos atuais Corpos Sociais

“Iniciamos já os trâmites para a construção, no terreno contíguo, de uma clínica..., cuja construção esperamos iniciar ainda no mandato dos atuais Corpos Sociais”

Qual foi o impacto que a pandemia teve na vida e nos serviços da Associação?

A pandemia obrigou à adaptação dos serviços, para cumprimento das regras de funcionamento definidas pela DGS. Isso implicou um aumento nos custos inerentes. Mas trouxe também um aumento da procura dos serviços médicos, com a consequente pressão sobre o seu funcionamento. Tivemos alguns constrangimentos, encerrámos mesmo em curtos períodos, quando as funcionárias tiveram que ficar confinadas e não dispusemos de condições para manter o serviço em funcionamento.

[O impasse da farmácia social] “É uma situação que nos causa desconforto”

As clínicas mutualistas têm constituído uma alternativa aos associados e à comunidade em face da maior dificuldade no acesso aos cuidados de saúde primários prestados pelo SNS. É também assim no caso da Restauradora de Avintes?

Sim, constatamos isso durante a pandemia. Os serviços da associação, ao garantirem consultas médicas aos seus associados, contribuíram para aliviar a pressão sobre o Centro de Saúde do SNS. Mas, mesmo antes da pandemia, já havia um aumento de procura. Porque, possivelmente, existem alguns problemas no funcionamento do Centro de Saúde, pelo menos é o reporte que vamos tendo dos associados que utilizam os nossos serviços, mas também porque as taxas por consulta, na Associação, são inferiores às taxas moderadoras no SNS.



“A farmácia é um dos objetivos da Associação e vemos com desilusão todos os entraves que estão a ser colocados à sua implantação”

A nova sede reserva um espaço no seu rés-de-chão para onde estava previsto instalar uma farmácia social, mas continua vazio. É o grande constrangimento que a Associação enfrenta para consolidar um projeto que pretendia ser uma centralidade numa área da vila que não tem grandes respostas?

Essa é uma situação que nos causa desconforto. Iniciamos a modernização da Associação com a construção do presente edifício, porque, na sequência duma decisão judicial, o Infarmed iniciou as diligências para a atribuição do alvará para a farmácia social, solicitando-nos os documen-

tos iniciais e o layout da mesma. A farmácia é um dos objetivos da associação e vemos com desilusão todos os entraves que estão a ser colocados à sua implantação. Acresce que a localização da farmácia permitia cobrir uma importante área da freguesia de Avintes, onde esteve instalada uma farmácia que foi deslocada.

Ao lado da nova sede, a Restauradora de Avintes dispõe de uma área de terreno. Que destino lhe propõe dar?

Numa primeira fase, será aí implantada uma clínica para albergar os serviços médicos e de enfermagem.

“Agora que a comunidade conhece a Associação, sentimos que lhe dão a importância devida”



Posteriormente, e porque a área o deve permitir, possivelmente será utilizada para a instalação de uma resposta social. Mas, essa segunda situação estará dependente da data em que for implementada. A verdade é que hoje estão a nascer valências que há alguns anos não eram sequer perspectivadas, por isso o que aí for construído há de ser adequado e enquadrado na época da sua construção.

O Plano de Recuperação e Resiliência reserva apoios para a criação de uma nova geração de equipamentos e respostas sociais. O Movimento Mutualista tem uma presença marcante também na proteção social. A Associação equaciona aproveitar esta oportunidade para alargar o âmbito da sua atuação, criando alguma resposta social?

A criação de uma resposta social não está prevista no atual plano estratégico da Associação. Mas, estamos atentos e, se surgir uma oportunidade que seja interessante, social e financeiramente, estudaremos a situação.

O papel da Associação em Avintes é reconhecido pelos associados e pelas forças vivas da comunidade?

Depois de um longo período de letargia, em que nem os associados reconheciam a Associação, a atual dinâmica e as novas instalações, deram visibilidade à Associação. Da visibilidade, resultou o conhecimento da Associação e da sua atividade. Agora que a comunidade conhece a Associação, sentimos que lhe dá a importância devida.

Área disponível será utilizada para a instalação de uma resposta social

“A Capela do Espírito Santo é um símbolo da Associação e da Sesimbra ribeirinha”

A Associação de Socorros Mútuos Marítima e Terrestre da Vila de Sesimbra está apostada em reinstalar a sua sede, captar novos associados, manter os apoios sociais aos mais necessitados e desenvolver novos projetos socioculturais. É desta forma que a instituição procura continuar a afirmar-se na comunidade sesimbrense, sem esquecer um passado riquíssimo, que tem na Capela do Espírito Santo um dos seus expoentes. O edifício, classificado como imóvel de interesse público “revela presentemente o gesto da solidariedade coletiva de cinco séculos que corporizou a cultura caritativa e mutualista desta comunidade piscatória”. Guilherme Rasteiro, Presidente do Conselho de Administração, revela os planos da instituição para o futuro.

O subsídio de funeral é, ainda, a principal porta de entrada na Associação, se bem que a sua ação, no apoio a quem precisa, é a que tem maior expressão na comunidade?

Não, mas é uma das ações relevantes de entrada na Associação, bem como

o apoio de ajudas técnicas – cadeiras de rodas, andarilhos e outras – e a realização de ações socioculturais e convívios.

Quantos associados tem e qual tem sido a tendência (de aumento ou decréscimo) nos últimos anos?

Presentemente temos cerca de 169 associados, com relevância para 112 mulheres e 57 homens. Tem havido um decréscimo de entradas de novos associados, que se agudizou neste período pandémico. Em 2022, pretendemos, se possível, realizar um conjunto de atividades para captação de novos associados.

Sesimbra é um Município voltado para o mar. É nessas gentes do mar que a Associação encontrou a sua

génese. Ainda hoje tem ligações às pessoas que ainda vivem do mar?

Ainda hoje a Associação mantém um vínculo, às gentes do mar. Muito embora presentemente já não seja a principal causa da sua génese. Com o tempo a arte piscatória da Vila, sofreu uma redução drástica de pescadores e embarcações, o que contribuiu para a diminuição de associados das gentes do mar.

A Capela do Espírito Santo dos Mareantes é um dos notáveis elementos do património histórico e religioso da vila de Sesimbra. Esta capela, erguida no século XV, com um hospital que não resistiu ao terramoto, pertenceu à Confraria do Espírito Santo, que se transformaria, no século XIX, na Associação de Socorros Mútuos que hoje conhecemos.

“As necessidades são sinalizadas, analisadas e atribuídas pelos dirigentes, que são procurados pela população e com a qual mantém relação de proximidade”



A Câmara acabaria por transformar todo este espaço num museu visitável. É um património com especial significado para a Associação?

Sim, é evidente que esta Capela é um símbolo de extrema importância não só para Associação, mas é a própria história de Sesimbra Ribeirinha, dos seus mareantes e pescadores, património que está classificado como Imóvel de Interesse Público desde 1977. Este edifício, revela presentemente o gesto da solidariedade coletiva de cinco séculos que corporizou a cultura caritativa e mutualista desta comunidade piscatória.

O papel que desenvolve na área social é relevante, seja na cedência de cadeiras de rodas, canadianas e outros artigos e equipamentos, seja no apoio à aquisição de medicamentos. Quer-nos explicar como é que são sinalizadas essas necessidades de apoio e como são atribuídos?

Como a Associação não dispõe de colaboradores, as necessidades de apoio são sinalizadas e atribuídas pelos dirigentes, que são procurados pela população, depois de analisadas as situações, uma vez que existe uma relação de proximidade entre dirigentes e população.

A Associação também presta apoio à aquisição de medicamentos a pessoas mais vulneráveis e até entidades como a Misericórdia local. É uma mão amiga sempre pronta a ajudar quem precisa?

Sim. A Associação continua a ser mão amiga, pronta a ajudar como é nosso timbre Mutualista.

Anualmente apoiamos quatro Instituições locais, com uma pequena verba monetária, dentro das nossas modestas disponibilidades financeiras, bem como a aquisição de medicamentos aos mais vulneráveis.

“Pretendemos instalar a sede num imóvel no centro da vila”



“Após realização de obras de adaptação do espaço, queremos continuar a desenvolver novas atividades”

Outra das atividades regulares da Associação é a organização de passeios. Com que objetivos se realizam, quem participa e que destinos são escolhidos?

Aos passeios culturais vão os associados e familiares que se inscrevem. A organização é da própria direção, que em reunião apresenta diversos destinos, sendo um deles selecionado. Faz parte também a vertente cultural, social e gastronómica.

Um dos constrangimentos que enfrenta tem a ver com a sua sede, parcialmente ocupada por uma farmácia, cuja renda constitui um fator de sustentabilidade para a Associação. Sobra um pequeno espaço que não permite grandes realizações. Tem sido um dos obstáculos ao crescimento e desenvolvimento da Associação?

Em parte, sim, uma vez que o espaço da sede se localiza num 1º andar, de

Da Confraria do Espírito Santo dos pescadores e mareantes do século XV aos dias de hoje

difícil acesso para a maioria dos associados, devido à sua idade e capacidades de locomoção, para o frequentar.

Um fator de motivação extra para o futuro, será a possibilidade de usar um novo espaço cedido à Associação. Quer-nos falar desse processo e da forma, como a partir dele, novos horizontes se poderão abrir?

Pretendemos instalar a sede da Associação, num imóvel no centro da vila que nos foi legado, por uma benemérita sesimbrense. Após realização de obras de adaptação do espaço, queremos continuar a desenvolver novas atividades dentro das nossas competências de apoio aos associados e população em geral.

Quais são os planos da Associação para o futuro?

A continuação dos apoios sociais aos necessitados, a procura de novos associados mantendo o espírito mutualista, desenvolver novos projetos de

âmbito sociocultural, na procura de ir ao encontro das necessidades da população.

A Associação de Socorros Mútuos Marítima e Terrestre da Vila de Sesimbra tem as suas raízes na instituição da Confraria do Espírito Santo dos pescadores e mareantes da Vila de Sesimbra, aqui sedeadada nos finais do século XV.

As confrarias, hospitais e albergarias regulavam-se, nessa época, pelos “Compromissos” do direito canónico e sob jurisdição eclesiástica. O objetivo das Confrarias era proporcionar aos seus componentes/confrades auxílio mútuo material e espiritual (corpo e alma).

É nesse final de século que D. João II (1481-1495), munido da bula “debitis sollicitudinibus” do Papa Sisto IV (13 agosto 1479) e com a renovada autorização do papa Inocêncio VIII (1485), estrutura os hospitais do Reino.

E aqui a Confraria dos pescadores e mareantes da Vila de Sesimbra é be-

neficiada – passa a ter capela e hospital. “No piso inferior distribuíram-se os leitos e camas para os pobres...”.

Assim se manteve a Confraria do Espírito Santo da Vila de Sesimbra juridicamente regulada até 1755, altura em que o terramoto desmoronou o edifício. Desmoronou-se o edifício, mas não se desmoronou o espírito caritativo/ solidário dos confrades/associados ainda que a chama destes tenha arrefecido.

Ao reconstruir-se, mais tarde, o edifício, não se reavivou o hospital – piso inferior. Manteve-se, porém, a Igreja e a chama do espírito caritativo/solidário reacendeu-se. Os “Compromissos” da Confraria são reformulados em 1869. Ora é desde 1858 que a Confraria passa a ser Associação de Socorros Mútuos Marítima e Terrestre da Vila de Sesimbra.

A partir daqui é o Movimento Mutualista que dá o ajustado seguimento ao espírito da multissecular Confraria.

Acordos de cooperação

A União das Mutualidades Portuguesas está a renovar e ampliar o seu portefólio de parcerias com entidades públicas e privadas, que se traduzem num vasto leque de vantagens e descontos comerciais que revertem para as Associações Mutualistas, seus Associados e Colaboradores.



Consultoria



Educação



Consultoria



Agência de viagens



Reparação e substituição de vidro automóvel



Aluguer de automóveis



Saúde



Educação



Segurança e Saúde do Trabalho, Segurança Alimentar e Formação



Email marketing



Consultoria



Consultoria



Higiene



Viagens



Produtos ortopédicos



Atuariado



Consultoria



Saúde



Saúde e bem-estar



Saúde e bem-estar



Educação



Consultoria

Consulte todas as condições dos protocolos no site da União das Mutualidades Portuguesas.

Mutual XXI conta Histórias e mostra rostos das associações mutualistas

Uma janela é aberta, todos os meses, ao dia 21, para deixar a luz entrar e iluminar quem dá vida ao movimento mutualista. É um holofote que a União das Mutualidades Portuguesas (UMP) decidiu colocar sobre diversas associações, partilhando o que, aí, dirigentes, colaboradores e associados desenvolvem, constroem e criam para fazer a diferença na vida dos outros.

Desde abril de 2021, a UMP viajou de norte a sul do país para mostrar,

em formato de vídeo, as histórias das gentes que moldam as Associações Mutualistas. Deu o tiro de partida na Associação de Socorros Mútuos Nossa Senhora da Esperança de Sandim, à qual lhe seguiram a Associação de Socorros Mútuos Setubalense, Associação de Socorros Mútuos do Concelho de Valongo, Associação de Socorros Mútuos 1.º de Dezembro (Almada), Associação de Socorros Mútuos Restauradora de Avintes, Associação Mutualista dos Trabalhadores da Câmara

Municipal de São Pedro do Sul, Associação Alcacerense de Socorros Mútuos e Associação Mutualista de Arcozelo. Mas, muitos mais quilómetros vai percorrer, de modo a continuar a dignificar, promover e fortalecer os já mais sete séculos de história do mutualismo.

Poderá rever todos os episódios nas plataformas digitais da UMP, nomeadamente no canal de Youtube e na página de Facebook Mutualidades Portuguesas.

UMP envolve universidades em estudos sobre mutualismo

O livro “Origens do Mutualismo em Portugal” (ver página 37) foi resultado de uma das cinco investigações e estudos que a União das Mutualidades Portuguesas encomendou a universidades portuguesas, com o objetivo de despertar o interesse pela produção de conhecimento sobre o mutualismo e as suas áreas de intervenção e aumentar a notoriedade pública do movimento mutualista.

Na Reunião Anual de Presidentes Mutualistas, em 29 de janeiro, será

apresentado o livro “História do Mutualismo nas Ex-Colónias Portuguesas, também da autoria de Joana Dias Pereira e Rui Henriques, investigadores da Universidade Nova de Lisboa, e analisado o Estudo de Caracterização do Movimento Mutualista em Portugal, coordenado por Luís Capucha, do ISCTE-IUL.

Para 2022, está prevista a apresentação do livro “Breve História do Mutualismo em Portugal”, que reunirá a investigação desenvolvida por Álvaro

Garrido, da Universidade de Coimbra, e a conclusão de um estudo sobre “As Organizações Mutualistas na Sociedade Portuguesa do Século XXI, coordenado por Teresa Carvalho, da Universidade de Aveiro.

“Cinco trabalhos de investigação trazem mais conhecimento sobre o setor”



MÃOS QUE CUIDAM E PROTEJEM

FAÇA PARTE DESTA MOVIMENTO.

LIGUE-SE A QUEM CUIDA.

**CLÍNICAS E FARMÁCIAS MUTUALISTAS
SEMPRE PERTO DE SI.**

WWW.MUTUALIN.PT



mutualidades
portuguesas